



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

4 MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 21 - Nº 382 - DE 25 DE OUTUBRO A 8 DE NOVEMBRO DE 2009 - R\$ 3,00

Barbárie no Rio de Janeiro: Responder com o programa proletário



Combater a repressão ao MST com os métodos da luta de classes

**PT e seu governo sustentam
o capitalismo apodrecido**

**Formação Política:
O POR avalia criticamente
a experiência da luta
armada dos anos 60 e 70**

Fraude nas eleições do Sindiute-CE

**Estudantes precisam
se organizar em torno da
política revolucionária**



**Bancários necessitam
de um balanço rigoroso
da greve nacional**

MST sob a mira da oligarquia latifundiária-agroexportadora

Pesquisa do Ibope condena assentamentos

Depois da bem organizada campanha contra o MST, apoiada na ocupação da fazenda Cutrale, em que pela enésima vez se procurou apresentar o movimento como um bando de facínoras e exigir sua criminalização, logo em seguida, a Confederação Nacional da Agricultura (CNA) apresentou uma pesquisa do Ibope para provar que os assentamentos agrários nada produzem.

O MST denunciou de “ridícula e arbitrária” as conclusões do Ibope. A pesquisa focou apenas nove assentamentos, que, segundo a resposta do MST, não refletem a realidade.

Na mesma linha, reagiu o presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Rodolf Hackbart, questionando a pequena amostragem e denunciando a intenção da CNA de “desqualificar a reforma agrária”.

A senadora Kátia Abreu e presidente da CNA, principal representante da oligarquia, concluiu: “Estamos diante de um modelo fracassado. Não podemos continuar mantendo uma política que fabrica mais pobreza enquanto promete acabar com ela. O fato de 73% dos assentados não conseguir gerar renda mostra que essa reforma é inviável”. (O Estado de São Paulo, 14/10) Dos 73% indicados pela senadora, o Ibope afirma que “37% não estão produzindo nada; 10,7% não conseguem o suficiente para garantir o próprio abastecimento; e 24,6% produzem somente o necessário para se alimentar”. Restam apenas 27% que “alimentam a família e vendem excedentes, gerando renda.”

Como se vê, a pesquisa objetiva reunir forças políticas para pôr fim à “reforma agrária” via assentamento. E justificar a necessidade do Estado decretar a ilegalidade do MST, contar verbas e reprimir o movimento camponês.

Governo e oposição diante do MST

A batalha do DEM por constituir uma nova CPI para investigar a obtenção de verbas pelo MST e os seus gastos tem duplo sentido: de um lado, cortar os convênios do Estado com as cooperativas dos sem-terra e criminalizar o movimento; de outro, acossar o governo Lula, que tem possibilitado ao Incra a tarefa de fa-

zer assentamentos a conta-gotas e despendido milhões às cooperativas, consideradas a face legal de um movimento ilegal.

A burguesia e, em particular, sua fração oligárquica agrária não podem acusar o governo de não proteger a propriedade privada dos meios de produção e nem de pôr em risco a estrutura latifundiária. Mas pode acusá-lo de sustentar o MST com dinheiro público e de dificultar o objetivo de dissolver o movimento dos sem-terra, que aglutina milhares de famílias do campo e que reforça seus acampamentos com a atração de desempregados dos grandes centros urbanos.

A primeira atitude seria considerar o MST uma organização ilegal, que deve ser legalizada para que seus membros, principalmente sua direção, respondam perante a Justiça por suas ações. A segunda, decretar sua ilegalidade e passar para a repressão aberta.

Lembremos que o aperfeiçoamento da repressão às organizações sindicais chegou ao auge com a lei anti-greve em vigor. A Justiça diz em que condições e como é possível uma greve, de forma que a torna impotente e o máximo que alcança é um acordo determinado pela própria Justiça. Considerada abusiva, a greve se torna ilegal e o Estado intervém com mão de ferro. A moda mais democrática de reprimir tem sido as gigantescas multas aos sindicatos e processos contra o presidente da entidade. Acompanha tal invenção do “Estado de Direito” o velho método da violência policial. Essa é a prescrição que a classe capitalista determinou, por meio de sua democracia, aos sindicatos. A aspiração democrática da oligarquia é pôr o MST na legalidade, para liquidá-lo sem deixar transparecer o velho método da violência coronelista.

Os novos coronéis do agronegócio reclamam que o governo facilita as ocupações de terras permitindo ao MST ter dupla existência: uma legal, com as cooperativas que recebem milhões de fontes estatais e externas (ONGs européias); e outra ilegal, que garantem as “invasões”. Acabando com a duplicidade, o MST ficaria sem fundos, caso suas ações fossem consideradas ilegais. Os assassinatos no campo nunca cessaram, inúmeros são os processos e muitas prisões têm sido decretadas contra militantes do MST. Mas

esses meios não bastam. É preciso atingir o cerne do movimento dos sem-terra, que é sua organização.

O MST surgiu no fim da ditadura militar. Retomou o elo rompido com a liquidação das Ligas Camponesas, que se constituíram em fins da década de 50 e início de 60, pelo golpe militar de 1964. Há um longo trajeto percorrido pelo MST que, portanto, atravessou vários governos da “abertura democrática”. A contragosto a burguesia vem aturando as ocupações. No entanto, há setores que têm o MST com um mal necessário. Ou seja, as ocupações são um inconveniente, mas permitem canalizar parcelas dos pobres do campo para uma política agrária estatal que mostre a disposição do capitalismo de realizar alguma reforma de “inclusão social”. Entende-se que ainda há terra que pode ser desapropriada mediante indenização para esse fim. Não se deve desconhecer, no final das contas, que a agricultura familiar tem servido de contrapeso ao agronegócio exportador, uma vez que continua garantindo o abastecimento de produtos alimentares, ao mesmo tempo em que lhe tem servido de base de exploração.

A pequena-burguesia pôde aumentar sua participação na política burguesa, manifestada desde a “redemocratização, principalmente sob o governo Lula. Em parte, contribui para alimentar a posição pró-capitalista de “incluir os excluídos”, fazendo algumas concessões aos oprimidos. Tem-se a consciência de que não seria possível a política de assentamento no campo sem o movimento dos sem-terra, ao mesmo tempo em que é preciso preservar os interesses do agronegócio e garantir a inviolabilidade da grande propriedade.

O MST fez oposição política ao governo de FHC. A gestão do PSDB procurou inicialmente comparecer como pró-reforma agrária. Deu lugar a mais brutal repressão aos sem-terra, destacando-se os massacres de Corumbiara e El Dorado dos Carajás. Havia a crença de que o PSDB poria em prática a tese do desenvolvimento do mercado interno por meio da distribuição de terra, posição advogada no passado por intelectuais e lideranças que potenciaram o MDB, em oposição à ditadura, e que acabaram formando o PSDB. O PT chegou a considerar o PSDB um dos principais aliados para constituir o “campo democrático e popular”. Mas o go-

verno de FHC aliou-se com a fração oligárquica aglutinada no PFL, hoje DEM. Mesmo assim, promoveu a política limitada de assentamentos.

O MST tinha no PT a possibilidade de se chegar a um “governo democrático e popular”, que se lançaria a reformas e enfrentaria os ataques do grande capital. A tese de que o Brasil carecia de uma política de desenvolvimento da indústria de bens populares, de potencialização do mercado interno, com a assimilação das massas marginalizadas do consumo, e de uma reforma agrária inclusiva estava de acordo com as posições da direção do MST. Lula se apoiou em Deus e o Diabo para se eleger, mesmo assim o MST considerou uma vitória dos pobres e oprimidos. Não faria oposição política e manteria as ocupações como forma de pressão, que, nesse sentido, vale tanto para FHC quanto para Lula.

O governo do PT imediatamente conformou alianças com setores igualmente oligárquicos. Estabeleceu uma política agrária, cujas diferenças com as de FHC não passam de particularidades. Manteve as ricas desapropriações e assentou alguns milhares de famílias, deu seqüência a convênios com as cooperativas, aumentando substancialmente as verbas, em comparação com as do governo peesedebista. Politicamente, deu acesso a representantes e simpatizantes do MST em órgãos do governo. Em contrapartida, Lula desacelerou as desapropriações e os assentamentos, segundo denúncia do próprio MST.

Lula tem se desvencilhado das manobras do DEM não por defender o MST, mas porque a CPI também visa ao governo, que está em plena campanha eleitoral sucessória, que dista um ano das eleições. No episódio da Cutrale, o Presidente condenou os sem-terra, com o mesmo argumento da reação — um caso de polícia. Mas o governo ressaltou que se devem tratar pontualmente as ações do MST, usando a lei. A oposição retomou o movimento parlamentar pela CPI, que já havia sido descartada, com a pressão de Lula sobre uma parte da bancada ruralista, que pertence a partidos da base governamental.

A luta interburguesa no seio do Estado não pode ser confundida com defesa do governo ao MST. Trata-se de diferenças quanto à forma, aos meios, às medidas e à intensidade de controle e repressão sobre o movimento camponês. No embate entre oposição e governo em torno do movimento dos sem-terra, comparece não somente a ação repressiva da oligarquia mas também a política do PT de manter o MST subjogado à

estratégia de um governo burguês de tintura reformista.

Aliança operário-camponesa

O fato é que o MST se encontra num impasse. Fracassou a estratégia de conquista de um “governo democrático e popular” e de constituição de uma grande frente pró-reforma agrária. O PT se integrou completamente ao Estado. Lula organizou um governo recheado de representantes da oligarquia, do agro-negócio e do grande capital. De forma que evidenciou a impossibilidade de um governo reformista, contraposto aos latifundiários e assentado no pequeno e médio capitalista, bem como sobre as massas exploradas, que seria o “governo democrático e popular”.

A CUT está completamente burocratizada e submetida ao Estado, por meio da política do PT e aliados. O que significa redução de espaço político para o MST se movimentar em torno do programa de desapropriação de terras ociosas, assentamento e formação de cooperativas apoiadas em verbas públicas.

A idéia de um “novo modelo agrícola”, defendido por João Pedro Stédile, é prova das ilusões reformistas que colocaram o MST na dependência do governo Lula e o levaram ao impasse. A busca de uma “sociedade menos desigual” é uma miragem, que resulta em fracasso estratégico do movimento camponês e em sustentação do capitalismo, fonte de toda opressão. Não haverá “democratização da terra” sob nenhum governo burguês. Ou o MST abandona o programa de reforma do capitalismo, ou caminhará cada vez mais para o beco sem saída em que já se encontra.

A política de assentamento não passa de caricatura de reforma agrária. Não se mexe em nada na estrutura latifundiária e no domínio da agroindústria. Palavreados como “agroecologia” mal acoberta a perda de norte do MST.

Os novos dados do IBGE indicam que a exploração capitalista deu um grande salto nos últimos dez anos com a penetração da agroindústria. As terras lavráveis foram tomadas pela soja, cana e outros produtos que servem de commodities (exportação, especulação). Com isso, cresceu a concentração de propriedade (o índice Gini atingiu 0,872, cresceu em 1,9% na média nacional, segundo o Censo Agropecuário 2006 do IBGE).

A pequena propriedade continua a servir de fortalecimento do grande capital, dedicando-se quase que estritamente à cultura alimentar (70% do feijão consumido no país etc). A realidade da concentração é

antiga, crescente e brutal. As propriedades de menos de 10 hectares abrangem menos de 2,7% das terras agrícolas, enquanto que as propriedades de mais de 1.000 hectares controlam mais de 43%. Assim a agricultura familiar, com seus 4,4 milhões de pequenas propriedades, fica com pequena parcela das terras, com a miséria e com a responsabilidade de produzir alimentos vendidos a preços aviltantes aos grandes comerciantes, que lucram com o altíssimo custo de vida imposto à população pobre.

A posição do MST de modificar essa realidade com “uma nova política agrícola, com base na democratização da terra”, a ser priorizada pelo governo Lula soa puerilidade. É esse programa que Stédile defende no artigo “É preciso um novo modelo agrícola para o país” (*Folha de São Paulo*, 10/8). Não se trata de “política agrícola”, mas de transformação social da propriedade. As terras terão de ser retiradas do controle do capital, para que os camponeses pobres possam lavrá-las e se libertarem da miséria e da opressão latifundiária.

O programa tem de ser o da revolução agrária, que leva à expropriação sem indenização das propriedades latifundiárias e da agroindústria, nacionalização das terras, coletivização da agroindústria e controle operário da produção. Certamente, o MST dirá que as condições não permitem e que a revolução agrária é para o futuro. A experiência de décadas de luta, no entanto, indica o contrário: os assentamentos fracassaram como via de acesso dos camponeses a terra e triunfou a exploração capitalista agroindustrial.

Objetivamente, está colocado o programa da revolução agrária, que é parte da revolução proletária. O problema a ser resolvido é político. O movimento camponês está isolado do proletariado; e o proletariado está controlado pelas direções pró-capitalistas. O MST tem contribuído para a permanência dessa situação negativa para os pobres do campo e da cidade.

A crise do capitalismo e a luta de classe exigirão mudanças do proletariado e dos camponeses frente à burguesia. Mudanças que dependerão do programa revolucionário de transformação da propriedade privada dos meios de produção em propriedade coletiva. É preciso romper o isolamento do campo com a cidade, constituindo a aliança operária e camponesa. Há que se libertar da política burguesa e pequeno-burguesa do reformismo e fortalecer a construção do Partido Operário Revolucionário (POR).

"Não violência"?

Recebemos um manifesto, assinado por uma série de intelectuais, em defesa do MST. Ele tem o mérito de denunciar a criminalização do MST. Mas tem o defeito de defender a "não violência", mesmo reconhecendo "um ambiente de extrema gravidade por parte dos agentes do Estado, das milícias e dos jagunços". Não será com a bandeira do pacifismo que o MST será defendido da criminalização. Ao contrário, há que se ter

como reivindicações o direito de auto-defesa, constituindo os comitês agrários armados. A posição pacifista do abaixo-assinado demonstra a impotência dos intelectuais e acadêmicos que rechaçam a inevitabilidade da violência no processo da luta de classes. O POR propõe que se convoquem manifestações de ruas, ocupações e greves para derrotar a ofensiva da burguesia contra o MST.

PT e seu governo sustentam o capitalismo apodrecido

Caráter do governo Lula

Lula é um caudilho que ascendeu à presidência em meio à crise do segundo mandato do governo FHC. Não pestanejou em selar um compromisso com a burguesia de que protegeria o capital, seguiria as diretrizes do capital financeiro e garantiria a continuidade do Plano Real. O mais importante é que vem cumprindo à risca sua palavra empenhada na "Carta aos Brasileiros".

A classe capitalista não tem o que reclamar quanto à intenção e a prática. As divergências entre setores econômicos são inevitáveis. Cabe a quaisquer governos administrá-las, para isso são constituídos e mantidos no poder. Mas Lula surpreendeu os capitalistas por compatibilizar os choques de interesses particulares. Negocia com banqueiros e industriais, importadores e exportadores, capital nacional e internacional, agroindústria e pequenos produtores, de forma a favorecer os negócios, os lucros e a acumulação de capital. Ora está mais próximo dos banqueiros, ora dos industriais, etc.

Internacionalmente, faz o mesmo, procurando compatibilizar os interesses da burguesia brasileira com os das frações imperialistas e frações das burguesias semicoloniais. Exibe, assim, um grau de independência e uma desenvoltura perante as contradições. Maneja com Chávez e Uribe; joga com os Estados Unidos e Irã; serve ao intervencionismo no Haiti e se opõe ao golpe de Estado em Honduras; alinha-se com os chamados emergentes e aceita as condições norte-americanas e europeias para um acordo de livre comércio em Doha. Lula se deu bem com Bush e tem em Obama a esperança de um capitalismo civilizado. Essa política flexível, negociadora e pacificadora causaram admiração externa e também interna, a exceção de

parte da oposição, que em nada abala a majestade do Presidente.

Os escândalos de corrupção – o último envolvendo o presidente do Senado –, não restam dúvidas, em certa medida, desgastaram a figura presidencial. Mas a conta foi debitada para o PT. O segredo do caudilho está em que enfrentou apenas um ano de crise econômica, que havia destroçado o governo de FHC na segunda metade de seu último mandato.

A partir de 2003, a economia mundial ganhou dinamismo, depois do período de estagnação. As medidas estabilizadoras, segundo as diretrizes do FMI – privatizações, reforma da previdência, lei de responsabilidade fiscal, superávit primário, altas taxas de juros, arrocho salarial etc –, já haviam sido realizadas pelo PSDB, em aliança com o PFL e PMDB. Lula não fez senão continuá-las e modificá-las levemente, sem atentar contra a estabilidade, como no aumento do salário mínimo e ajuste no programa assistencialista.

A crise econômica

Com a crise mundial, abriu-se no Brasil uma nova situação econômica e política. O governo sentiu o chão tremer sob seus pés, com a abrupta queda no crescimento, demissão em massa e ameaça de desarranjo do capital financeiro. Mas os trilhões de dólares despejados pelas potências e pelos maiores países semicoloniais amenizaram a queda mundial e adiaram uma quebra industrial e comercial maior.

Lula lançou um plano de proteção aos capitalistas, estimado em 4,5% do PIB. A marcha da recessão foi reduzida e se recompuseram as taxas positivas, com estimativa de crescimento próximo a 5%, em 2009. Ao lado da China, o Brasil se destacou por estancar a quebra econômica e alimentar o mercado interno.

Mas a situação econômica não é a mes-

ma do crescimento anterior, não se sustenta pela ascensão mundial. O impulso do mercado interno motivado pelo subsídio estatal, pelo crediário fácil e retomada do aumento da dívida interna da União tem servido aos interesses do capital especulativo.

O retorno da jogatina na Bolsa de Valores e a entrada de grande volume de dólar no país indicam que os fundamentos da crise estão presentes e que poderão se manifestar de forma mais potente. Fenômeno que se apresenta também em nível mundial. A desvalorização do dólar, os desequilíbrios cambiais e comerciais, bem como o protecionismo, estão em andamento.

A bandeira de Lula antes da crise era facilitar ao máximo a ação dos "investidores internacionais", livrando-os de taxações. Agora, o Ministro da Fazenda acaba de retomar o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), com a taxa de 2%, para diminuir a especulação e defender o câmbio que se desequilibra com a sobrevalorização do Real. Medida que não conterá a especulação na Bolsa e no câmbio, segundo analistas, quando muito ajudará o governo a recolher impostos, que caíram com a recessão e os subsídios.

O artificialismo da retomada econômica e as vantagens garantidas aos especuladores, sedentos para valorizar os capitais parasitários, indicam que a crise abriu uma nova etapa de desequilíbrios. Os conflitos interburgueses tendem a se agravar. Lula tem pouco mais de um ano de governo, conta com o fôlego em 2010 e com o interesse do capital internacional, motivado pela exploração futura do petróleo nas camadas do pré-sal. A disputa pelo saque das fontes de energia já faz parte da voracidade do capital internacional, que necessita recuperar perdas advindas da crise mundial.

Brasil na ordem mundial

O País não mais comparece como um devedor próximo a uma falência, que se socorre dos empréstimos das organizações internacionais e que recebe os agentes do FMI para analisar as contas nacionais. Como dissemos, FHC arrumou a casa para Lula administrar. Agora, é apresentada como um palacete.

As potencialidades minerais e agroindustriais entusiasma as metrópoles. E o mercado interno de bens duráveis, controlado pelas multinacionais, merece atenção especial, uma vez que tem permitido envio de portentosa remessa de lucro para as matrizes.

O processo concentracionista de capital, incentivado pelo intervencionismo externo, indica o grau de integração de um país de economia atrasada na ordem mundial capitalista. É baseado no desenvolvimento monopolista da economia que o governo brasileiro se orgulha de ter uma política de atração de capitais externos, distinguindo aqueles que são de aplicação na produção e aqueles especulativos. Certamente, uma distinção formal. Mas que revela a importância do país para o direcionamento do capital imperialista.

Nesse sentido, sob o governo FHC e Lula, a economia brasileira ampliou e aprofundou seus laços com as forças multinacionais. Assim, não há setor lucrativo que não esteja parcial ou integralmente sob o controle do capital financeiro mundial. FHC teve o mérito de reequilibrar a “macroeconomia”, marcada anteriormente pelo caos inflacionário, para favorecer em última instância o capital imperialista. E Lula, o mérito de potencializar os interesses do grande capital, que compõe o consórcio da burguesia nacional com a internacional.

O orgulho do caudilho está em que em seu governo o Brasil empresta dinheiro para o FMI. Em vez de correr atrás de banqueiros e governos, oferece-lhes recursos, estancados em uma reserva cambial de mais de US\$ 200 bilhões. Grande parte das reservas foi aplicada em títulos públicos norte-americanos, a juros baixíssimos, o que as tornam custosas para o Brasil.

Em plena crise potencializada pelos banqueiros e multinacionais, o Brasil, com seu desenvolvimento médio (mesquinho, se comparado com as potências), se destacou como parte da solução.

Lula socorreu as multinacionais com isenções, protegeu suas lucratividades, enquanto estas fechavam postos de trabalho e demitiam em massa.

O caudilho brilhou nas reuniões do G-20 com a bandeira de reforma do FMI e incorporação dos “emergentes” (semicolônias) na alta cúpula dos comandantes da economia mundial. O imperialismo incentivou tais pretensões. Qualquer remo ao capital financeiro na torrente da crise era útil.

A ilusão de que o Brasil poderia jogar com as divergências no seio do imperialismo não custava nada às potências. Essas podiam usá-la em seu favor. Todos deveriam compartilhar dos esforços para reerguer o capital financeiro mundial. A parte do Brasil começou com 4,5% do PIB. O custo total ainda está por vir.

As ilusões das massas

Lula atravessa dois mandatos com apoio popular. Não como antes, parte da classe média se afastou do governo, bombardeado pelos sucessivos escândalos de corrupção.

A ascensão econômica a partir de 2003 – em 2008 quando a crise mundial eclodiu, o Brasil crescia na ordem de 6% - compareceu para as massas como um período de recuperação de milhões de postos de trabalho destruídos no governo FHC. Os aumentos do salário mínimo acima da inflação e o programa assistencialista, ampliado para 11 milhões de famílias, completaram as condições para os explorados não verem o quanto os capitalistas estavam ganhando e o quanto a miséria persistia.

A burocracia sindical do PT se encarregou de obscurecer a verdade para a maioria. No segundo mandato, foi constituída uma frente burocrática mais ampla de apoio ao governo, unindo CUT e Força Sindical. Participa dessa frente, o estalinista PCdoB, que controla uma centena de sindicatos.

Lula pôde manobrar as pressões da burguesia que queria a continuidade mais vigorosa da reforma trabalhista e previdenciária, assim ficando no meio do caminho. Uma camada da classe média foi apresentada com medidas como ProUni, que serviu aos interesses dos empresários da educação. Sob a bandeira de inclusão social, o governo deu vazão ao movimento pequeno-burguês de “políticas afirmati-

vas”, jogando com o critério de cotas para negros, que favorece uma minoria em um mar de exploração e discriminação.

O MST empenhou-se para que Lula chegasse ao poder, na esperança de alcançar um governo favorável à reforma agrária. Lula manteve a política de assentamentos, realizados por meio de desapropriações e ricas indenizações, mas não cumpriu o ritmo prometido ao MST, que continua com milhares de famílias sobrevivendo à míngua nos acampamentos. Em contrapartida, elevou os convênios com as cooperativas, criadas pelo movimento dos sem-terra e assentados.

Setores da burguesia consideraram um desperdício, um desvio de recursos que poderia servir aos seus negócios; outros apóiam as medidas em virtude da enorme miséria e do controle social necessário dos oprimidos pelo Estado. O imperialismo vê com bons olhos esse manejo que Lula e seus partidários fazem dos explorados, uma vez que no cômputo geral é uma pequena soma despendida pelo Estado. Não atrapalha a alta concentração de capital, que continua avançando a passos largos.

A crise ameaçou acabar com as condições materiais que vêm permitindo Lula alimentar as ilusões: queda na arrecadação, crescimento da dívida interna, redução do superávit primário, enfim, a volta dos desequilíbrios nas contas públicas. As demissões em massa foram um dos sintomas, que poderiam atingir o caudilho.

A contenção parcial da crise deu fôlego às ilusões das massas. Mas há um acontecimento novo na situação. Os sindicatos estão sendo obrigados a retomar as campanhas salariais, em virtude das perdas salariais. As greves de setembro e outubro indicam o descontentamento dos explorados, que a burocracia não pode desconhecer e necessita canalizá-las para acordos rebaixados.

O MST já não tem como manter a inércia, esperando uma atitude favorável do governo. A ocupação da Cutrale abriu uma disputa política entre o governo e a oposição. Exige-se que Lula rompa relações com o MST, cortando-lhe os convênios e reprimindo com mais vigor as ocupações.

Construir o partido operário revolucionário

As ilusões das massas em um governo burguês, perante o qual não conseguem identificá-lo como instrumento de

sustentação da grande propriedade e da miséria da maioria, implicam a carência de um partido revolucionário, marxista-leninista-trotskista, constituído no seio do proletariado. O POR é embrionário, vem constituindo o programa da revolução proletária, mas enfrenta poderosos obstáculos para seu desenvolvimento.

O fracasso do estalinismo, com o PCB, não só impôs retrocessos na evolução organizativa do proletariado brasileiro como retrocedeu profundamente as idéias do marxismo. Na década de 60 e 70, as divisões e a luta armada foquista, completamente desvinculada das massas, levaram à mais completa desintegração das

esquerdas. A reconstituição em fins de 70 e começo de 80 se deu em torno do PT, que logo se mostrou adaptado ao capitalismo.

Definiu-se mais claramente uma tendência de construção do partido com a retomada de posições em defesa do trotskismo, da IV Internacional, mas as posições revisionistas do Programa de Transição estavam em estado adiantado, o que condicionou a existência das jovens organizações no Brasil. O centrismo encontrou um caminho propício, destacando-se como esquerda do reformismo petista, o que lhe permitiu ganhar terreno no campo das correntes que reivindicam o trotskismo. Há, portanto, um caminho a percorrer na

luta contra o reformismo claramente pró-capitalista e o centrismo “socialista”.

As posições programáticas perante a crise do capitalismo e frente ao governo do PT são fundamentais para armar as bases de construção do partido marxista-leninista-trotskista. As ilusões das massas serão combatidas e resolvidas com os métodos da luta de classe. O POR combate o governo Lula com o programa da revolução proletária, com as reivindicações transitórias que partem das reivindicações mais elementares e se dirigem à luta pelo poder do Estado, organiza-se como vanguarda nos movimentos e dirige-se sempre a potencializar a ação direta dos explorados.

A burguesia é responsável pelo narcotráfico e pelas mortes

No dia 17, os traficantes do Morro dos Macacos fizeram um feito até então inimaginável: abateram um helicóptero da Polícia Militar. A guerra pelo alto teve episódios marcantes, como projéteis que alvejaram em pleno vôo atiradores de elite. Mas, derrubar o helicóptero e morrer três policiais, foi um ato de ousadia.

A cúpula da polícia civil e militar, em audiência pública, fez questão de promover vingança. De fato, nos primeiros embates morrem oito, dias depois o número saltou para 36.

Lula, chamado a se pronunciar, afinal tem no governador Sérgio Cabral, do Rio de Janeiro, seu principal aliado, declarou: “Estamos dispostos a fazer o sacrifício que for necessário para que a gente limpe a sujeira que essa gente impõe ao Brasil e ao mundo”. O Ministro da Justiça, Tarso Genro, ofereceu a Guarda Nacional de Segurança. Um novo helicóptero blindado foi prometido ao governo do Rio.

Requentou-se a velha campanha de que é preciso destinar mais verbas para o aparato repressivo. Avultou-se a posição de que a “guerra” contra o narcotráfico será vencida pelas armas. O que quer dizer política de extermínio.

Evidentemente, setores da burguesia e do governo não deixaram de fazer o contrapeso com considerações sobre educação, melhoria das favelas e humanização das relações sociais.

A disputa pelos pontos de venda de drogas entre quadrilhas e a intervenção da polícia transformam as favelas super povoadas em praça de guerra. Aconte-

cimentos como os do Morro dos Macacos fazem parte do cotidiano do Rio de Janeiro. Expressam a decomposição do capitalismo.

A economia capitalista gera, prolifera e sustenta o mercado de drogas. Países ou regiões inteiras se tornaram produtores e outros consumidores, principalmente naqueles em que se acumularam gigantescas riquezas e em que seu tecido social se desintegra em taras, deformações e desequilíbrios, a exemplo do maior centro comercial de drogas que são os Estados Unidos, seguidos da Europa.

Os governos, justiça, polícia, religiões, moralistas etc escondem a raiz do flagelo: as drogas são mercadorias, manejadas pela burguesia narcotraficante, que movimenta fantásticas somas, envolve grandes bancos, altos negociantes e que está penetrado profundamente nas instituições do Estado burguês. Somente identificando a burguesia narcotraficante, é possível entender a relação da pobreza e das favelas do Rio com esse fenômeno econômico-social. Os jovens arregimentados pela burguesia narcotraficante nada mais são do que uma peça no complexo da indústria e do mercado das drogas.

Não por acaso a grande maioria provém das favelas, embora o tráfico conte com a participação da classe média, que não passa de efeito colateral. Quem paga com toda sorte de tragédia não é a burguesia narcotraficante, mas os pobres e miseráveis que empunham armas para defender o seu mercado.

As chacinas no Rio a céu aberto pela polícia são apresentadas como um mal necessário. Bandidos armados devem ser executados – essa é a lei que impera. Os inocentes que tombam no tiroteio – quase sempre pelas armas da polícia – são as vítimas imponderáveis da área de guerra.

Os narcotraficantes estão imersos nas favelas porque ali nasceram, ali padeceram o desemprego, ali amargaram a miséria e ali ingressaram no comércio das drogas. Há um batalhão de jovens à espera de uma vaga no tráfico, prontos para ocupar o lugar dos mortos e abastecer-se no mercado negro de armas.

Os trabalhadores e a juventude devem rechaçar a bandeira de Lula de “limpar a sujeira dessa gente”. O narcotráfico é de responsabilidade da burguesia e de seu regime econômico. As drogas e todas as misérias humanas provenientes da sociedade de exploração do homem pelo homem, de concentração de riqueza e miséria e da lucratividade a qualquer preço serão varridas com a destruição do capitalismo e desenvolvimento do socialismo. Frente à pobreza que empurra os jovens e famílias inteiras a ingressarem nas fileiras do narcotráfico, a resposta imediata é: fim do desemprego, implantando a escala móvel das horas de trabalho; nenhum jovem fora da escola, nenhum jovem fora da produção, meia jornada no trabalho e meia jornada na escola; salário mínimo vital e escala móvel de reajuste dos salários. Chega de matança! Viva o socialismo!

Defender a juventude, lutando contra o capitalismo

Dados do IBGE indicam que cerca de 1,3 milhão de jovens brasileiros entre 18 e 24 anos não trabalham e não estudam. Nessa faixa etária, há mais de 23 milhões, sendo que 11 milhões não têm acesso aos estudos, só trabalham. Do total de jovens, quase metade (44%) vive em famílias com menos de meio salário mínimo. A situação é pior no Nordeste, onde mais de 66% dessa juventude está em famílias muito pobres.

O retrato é perverso: uma massa de jovens fora da produção e da escola, sobrevivendo em famílias miseráveis. As consequências são violentas: aumento da marginalidade, do tráfico, de assassinatos e prisões e de decomposição mental entre os jovens.

O capitalismo é um sistema econômico que desenvolveu ao máximo a tecnologia e a ciência, capazes de incorporar todos ao trabalho. Mas trata-se de um modo de produção baseado na propriedade privada dos meios de produção, em que uma minoria desfruta da riqueza e uma crescente maioria da miséria. No Brasil, as desigualdades social e regional expressam as leis de funcionamento do capitalismo, entre elas o desenvolvimento desigual e combinado (Nordeste e Norte/Sudeste e Sul), e a brutal explora-

ção de uma minoria detentora dos meios de produção sobre a maioria.

O fato de existir mais de 1 milhão de jovens sem trabalho revela a incapacidade do capitalismo de incluir essa força de trabalho e seu papel de mutilar a capacidade físico-mental dessa parcela potencialmente muito produtiva. A “ociosidade”, como é tratado o desemprego na pesquisa, da juventude é o sintoma material da decomposição do sistema econômico.

Soma-se a isso, o não acesso à escola. Mais de 12 milhões de jovens não estudam. Boa parte porque a jornada de trabalho não permite conciliar com os estudos e, outra, porque não consegue vaga por não ter escola perto da moradia, estar fora da idade e da série. Sem dizer que uma outra parcela abandona porque perde o emprego, ou o que se ensina nada tem a ver com o que o jovem necessita.

A defesa da juventude implica a luta pelo trabalho e pelos estudos. Incorporar esses milhões à produção e à escola é o caminho para combater as trágicas consequências que golpeiam os jovens, no momento em que dispõem das capacidades físico-mentais para seu desenvolvimento pleno.

A reivindicação de combinar o trabalho com os estudos é a única via para inserir a juventude à produção e permitir os estudos em todos os níveis. A exploração do trabalho, que impede que milhões estejam nas escolas, deve ser combatida por meio da reivindicação de 4 horas na produção e o restante do tempo para os estudos e outras atividades. Também deve ser combatida na defesa do salário mínimo vital, uma exigência contra a miséria da maioria da população. Trata-se de um conjunto de medidas de proteção dos jovens.

A experiência com o Bolsa-Família, Meu Primeiro Emprego, Jovem Empreendedor - ações governamentais - se mostrou incapaz para solucionar a pobreza e o desemprego. O resultado está aí com os dados oficiais do IBGE. O assistencialismo estatal não toca na raiz do problema, que está na propriedade privada dos meios de produção. Ao contrário, reforça o sentimento da passividade, tão nefasto para a luta contra os exploradores.

A exigência de emprego, salário e estudos unifica a maioria por meio da ação coletiva para arrancar essas reivindicações dos capitalistas e dos governos.

México: fechamento da LyFC e demissões

Um decreto do presidente da república, Felipe Calderón, de 10 de outubro, extinguiu a Companhia Luz e Força do Centro (LyFC), demitindo 40 mil trabalhadores. A Polícia Federal ocupou os locais de trabalho dos filiados ao Sindicato Mexicano dos Eletricistas. Além do fechamento da empresa, o governo ameaça com cortes drásticos nos serviços públicos, que certamente atingirão a saúde e a educação.

Os motivos para o fechamento da LyFC são os mesmos em todos os lugares: os prejuízos e a falta de eficiência. Quer convencer a população que o governo cuida bem dos recursos públicos e que os trabalhadores não produzem com eficiência. O fato é que, há algum tempo, Calderón vem subsidiando as empresas privadas, como a Telmex e a Televisa. Segundo os dirigentes sindicais, o governo cobra das multinacionais em média 0,46 de dólar por Kilowatt/hora,

enquanto que os usuários domésticos pagam 1,5 dólar. Os governos das semicolônias seguem o mesmo receituário: quebram a empresa estatal para justificar o fechamento ou a privatização e, ao mesmo tempo, subsidiam de todas as formas as multinacionais.

O México tem sido golpeado pela crise econômica. O fechamento da LyFC responde à diretriz do imperialismo para os países capitalistas semicoloniais. A exigência de reabertura da empresa, reintegração de todos os demitidos e estatização das multinacionais deve fazer parte da luta dos trabalhadores, não só dos eletricitários, mas do conjunto dos explorados. A ausência do movimento sindical revolucionário impede que a luta ganhe proporções gerais. Daí a importância do programa proletário para organizar e implementar a luta coletiva contra mais essa ofensiva governamental.

Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa. CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO - www.pormassas.org

Balanço da greve dos bancários

A força e a unidade apresentada pela greve nacional dos bancários apontam para uma intensificação na mobilização da categoria. Em relação à unidade nacional mantida seja no período da greve de toda a categoria ou da greve dos funcionários Caixa se deu à revelia do comando nacional formado pelas entidades sindicais. Isto porque a deterioração das condições de trabalho e a depreciação salarial atingem todos os bancários.

Bancos Privados

Os funcionários dos bancos privados aderiram em maior número à greve da categoria neste ano, pois, com agravamento da exploração e o rebaixamento salarial esses bancários não possuíam justificativas para se submeterem às exigências patronais de quebra do movimento grevista e usaram de todos os subterfúgios para escapar do cerco das gerências. Os bancários da rede privada que participaram das contingências montadas pelos bancos fazem parte de um grupo onde os rendimentos são maiores ou onde desemprego, mesmo que momentâneo, pode causar uma tragédia nas suas vidas.

Esse aumento na adesão à greve por parte dos funcionários dos bancos privados não se expressou nas assembleias do sindicato não tão somente pelo temor de represálias e sim pelo fato da eliminação da democracia sindical feita pela burocracia instalada na direção do sindicato. E como esses bancários não visualizaram mecanismos para decidir sobre os rumos do movimento optaram por não participar das assembleias.

Democracia Sindical

A todo instante a direção sindicato cobrava a presença dos bancários nos piquetes e colocar que a greve era sustentada pela direção sindical e pelo aparelho sindical com a contratação de pessoas para ficarem nos piquetes. Esse distanciamento dos bancários, que neste momento a burocracia se queixa, foi provocado pela extinção da democracia sindical. Para preencher o espaço deixado por esses bancários, a burocracia sindical utilizou do aparelho sindical para realizar contratações de pessoas estranhas à categoria.

Um setor da categoria encara essas contratações com normalidade e vê a contribuição sindical como pagamento à direção sindical para realização da greve. Não enxergam a greve como um momento de organização dos trabalhadores. Outro setor da categoria, como não existe democracia sindical, tem clareza que não poderá decidir sobre os rumos do movimento e que a sua presença se resumirá simplesmente na substituição de parte das contratações e acaba por não participar dos piquetes e muitas vezes da assembleia, deixando assim de travar a luta política necessária contra a burocracia instalada na direção do sindicato.

Isolamento da direção sindical

Nesta greve ficou claro o isolamento da direção do sindicato. Os discursos da direção sindical, em todas as assembleias, cobrando a presença dos bancários desesperadamente demonstram este isolamento. E, quando as assembleias foram massivas, a direção sindical não exerceu grande influência.

Como a maioria dos bancários não possui um convívio com o meio sindical e como os discursos da direção do sindicato são vazios e repletos de malabarismos, para não se chocarem com o governo nem com as direções dos bancos e muito menos com os banqueiros, não conseguiram influenciá-las. Este isolamento é um dos motivos principais para explicar a ausência de influência da direção sindical sobre a greve dos funcionários da Caixa Econômica Federal (Caixa). Esse fenômeno se verificou claramente em Curitiba.

A greve na Caixa

A longa greve na Caixa, mesmo isolada, demonstrou a disposição de luta presente nos vários segmentos dos funcionários do banco. Em anos anteriores, os técnicos bancários eram a maioria na greve e bastava o banco apresentar uma proposta de participação nos lucros e resultados (PLR), que privilegiasse esse setor para que esses comparecessem às assembleias para votar pelo encerramento da greve. Este ano, a direção do banco usou a mesma manobra, mas, com a revolta incutida em todos os setores do banco, essa tática não surtiu efeito.

A direção da Caixa tentou também durante toda a greve amedrontar os seus funcionários de todas as maneiras possíveis e buscou na justiça um interdito proibitório, almejando fragmentar a greve nacional dos seus funcionários. Os resultados dessas intimidações foi mais indignação, o que se expressou no crescimento diário da greve. Diante disso, a burocracia sindical se viu obrigada a sustentar um movimento que eles mesmos querem colocar fim.

A greve deixou claro para os funcionários da Caixa que os obstáculos e subterfúgios utilizados pela direção da empresa se desmoronam perante uma greve unitária. E que, mesmo diante das cisões provocadas pelas assembleias separadas (bancos privados e Banco do Brasil), que decidiram os rumos da greve nacional da categoria bancária, a força deles residiu na unidade grevista nacional e nos piquetes diários. Os funcionários do Banco do Brasil não seguiram o mesmo caminho, porque o governo concedeu um reajuste de 3% nos pisos salariais antes de qualquer proposta da Caixa.

As posições revolucionárias

As posições revolucionárias tem se mostrado acertadas e possuem uma boa repercussão entre os trabalhadores. Os dois principais fatores de limitação são a falta de democracia sindical e a limitação das próprias reivindicações sindicais, que, após o ápice da campanha salarial, não se mantêm como elemento aglutinador. Temos de impulsionar a formação de uma fração de oposição dentro do sindicato, para resgatar esse instrumento de luta dos assalariados das mãos da burocracia sindical instalada há vários anos na sua direção.

Somente com a expulsão da burocracia sindical e o restabelecimento da democracia sindical é que podemos recuperar a capacidade de luta de massa do sindicato, tendo por base um programa de reivindicação que parta da defesa do emprego e do salário, que combata o capitalismo e que defenda o socialismo.

Rondônia:

Publicamos o panfleto do POR dirigido aos operários em greve da construção da Usina de Jirau e Santo Antônio, em Rondônia

Aos operários das usinas Santo Antônio e Jirau

O movimento de greve dos operários das usinas de Jirau e Santo Antônio, iniciada em setembro, mostrou o quanto a **classe operária** está sendo explorada nos canteiros destas obras. O movimento expressou a força própria dos operários. Tinha tudo para se fortalecer, se não fossem os **conciliadores**, que estão na linha de frente do sindicato da categoria. O sindicato manobrou e quebrou a resistência própria do instinto de luta dos operários e acabou com a greve.

O que se presenciou foi os operários com vontade de resistir, defendendo a luta para conquistar as reivindicações.

A CUT, junto ao sindicato, conciliou com o Tribunal Regional do Trabalho. Fizeram de tudo para que os operários retornassem ao trabalho apenas com as promessas de negociação com os empresários. Esse teatro foi arquitetado para não prejudicar os lucros da **Camargo Corrêa e Odebrecht**. Isso só demonstrou o quanto eles (burocratas da CUT e do STICCERO e os tribunais) estão do lado dos patrões e negociam migalhas para quem produz toda a obra (os operários).

Quem são explorados e exploradores?

Camaradas operários: vamos con-



versar aqui como fazem os exploradores para sugar suor e sangue dos trabalhadores. Os operários representam a classe que produz toda a riqueza da sociedade, tanto nas fabricas quanto nas obras (como em nosso caso). Na sociedade capitalista, os operários detêm a força da transformação da natureza em riqueza. Produzem coletivamente e são instintivamente revolucionários. A classe burguesa é exploradora e **depende dos operários para se enriquecer** e são os donos dos meios de produção.

Camaradas operários: vivemos numa sociedade capitalista que se divide em classes opostas, em que uma minoria - os **exploradores (patrões)**, **lucram fortunas com o trabalho da maioria - os explorados (operários e trabalhadores em geral)**. Os trabalhadores produzem a riqueza e só recebem migalhas, enquanto os patrões embolsam a maior parte do lucro. Essa classe explora e oprime. É a classe que defende a perpetuação do capitalismo, **porque sabe que com esse sistema ela se beneficia**. Para continuar lucrando com o trabalho dos outros, ditam suas próprias leis, montam seu aparato estatal, põem em pé e armam seus exércitos e suas polícias. Por isso, os operários precisam se organizar em torno do seu programa e do seu partido para lutar contra seus opressores (a burguesia).

Camaradas: representamos a força motriz para a mudança desta sociedade, transformando-a numa outra sem explorados e exploradores – governo operário e camponês (o Socialismo). A classe operária só precisa conhecer e apropriar-se do seu Partido/Programa, que no Brasil está em construção e não busca votos. É parte do Partido Mundial da Revolução Socialista – Partido Operário Revolucionário – POR.

Resistência dos operários da construção das hidrelétricas de Santo Antonio e Jirau no Rio Madeira é quebrada pelas direções corrompidas do sindicato e da CUT

O que acontece com os operários na construção das hidrelétricas do Rio Madeira, contratados pela Camargo Corrêa e Odebrecht, se assemelha ao trabalho escravo. Os operários são vítimas de todo tipo de opressão no trabalho. Passam por constates humilhações, a alimentação é escassa e de péssima qualidade nutricional etc. Os alimentos são servidos estragados e, além do mais, os operários passam mais de sete horas de trabalho sem se alimentar. Vivem amedrontados pelas vigias permanentes dos supervisores de obra, que gozam de regalias, e por policiais a serviço dos empresários.

A flexibilização trabalhista é a forma predominantemente aplicada nas contratações, trazendo intensa rotatividade, insatisfação e insegurança entre os operários, impedindo qualquer instinto da camaradagem entre eles. Os que se man-

tém no emprego são ameaçados constantemente de desemprego. Os supervisores de obras fazem alusões ao exército de reserva, alegando que existe uma grande fila de desempregados para ocupar o lugar dos insatisfeitos.

Contra essa situação, aconteceram três levantes e greve, neste segundo semestre. Os dois do mês de setembro foram massivos e demonstraram a combatividade dos operários, que denunciaram a situação para a população de Porto Velho, em importante manifestação de rua. Por outro lado, a CUT e os sindicatos da categoria comparecem ao movimento para acalmar a fúria dos trabalhadores e procurar a conciliação de classe.

O movimento de greve dos operários das usinas de Jirau e Santo Antônio, pelas suas reivindicações, que teve início em setembro, mostrou o quanto os operários estão sendo explorados

nos canteiros destas obras. Expressou a força, que é própria dos operários, e tinha tudo para se fortalecer se não fossem os **conciliadores**, que estão na linha de frente do sindicato e da CUT. O sindicato manobrou e quebrou a greve. A direção da CUT e do sindicato conciliaram com o Tribunal Regional do Trabalho e fizeram de tudo para que os operários retornassem para o trabalho apenas com as promessas de negociação com os empresários. Esse teatro foi arquitetado para não prejudicar os lucros da **Camargo Corrêa e Odebrecht**. Isso demonstrou o quanto eles (burocratas da CUT e do STICCERO e os tribunais) estão do lado dos patrões.

Unidade na luta para derrotar as empreiteiras e impor as reivindicações

O que poderia se converter em grande manifestação de luta, que elevaria cada vez mais a consciência de classe explorada dos operários, se converteu em maior opressão sobre os trabalhadores, punidos com desemprego e maus tratos no trabalho.

Bahia

Polícia invade novamente ocupação de sem-tetos

Estão se tornando cada vez mais comuns as invasões da polícia civil e militar nas ocupações do Movimento dos Sem-Tetos da Bahia (MSTB). Com argumentos de combate ao tráfico de drogas e à violência urbana, ou como eles mesmos denominam de “limpeza da suburbana”, o braço armado do Estado ingressou na terça-feira, dia 29 de setembro deste ano, na ocupação de Periperi, no subúrbio de Salvador.

Como sempre, as ações da polícia são de um verdadeiro terror para as comunidades pobres, com perseguição e revista de pessoas, invasão de casas, desrespeito a crianças, jovens e velhos, além de impor aos moradores o medo de armas em punho. Não é, entretanto, a primeira vez que a polícia invade as ocupações dos sem-tetos, seja sob o argumento de combate à violência às drogas, seja para obrigar os sem-tetos a deixarem as ocupações, mediante a derrubada de barracos, intimidação de dirigentes e dos ocupantes.

Sem fazer consideração aos inúmeros atos de arbitrariedade praticados pela polícia contra o MSTB, no dia 06 de agosto deste ano, os policiais, de vários grupos fortemente armados, entraram na ocupação de Quilombo do Paraíso, no subúrbio de Salvador, recentemente constituída, provocando um verdadeiro terror aos ocupantes: ameaçaram dirigentes com fuzis em punhos, derrubaram os barracos com machados, queimaram os materiais utilizados pelos ocupantes para erguer seus barracos e ainda levaram instrumentos de trabalho.

Não conseguindo retirar as pessoas, continuaram com as provocações, fazendo sobrevôos pela ocupação, filmando o cotidiano das pessoas, passando diversas vezes de viaturas e carros próximo ao local. O mais interessante é que a invasão ocorreu exatamente um dia depois de uma reunião entre dirigentes do MSTB e a secretária do governo petista responsável

Existe uma rotatividade de contratos temporários dos operários da Usina Jirau no Rio Madeira, no distrito de Jaci-Paraná, a aproximadamente 120 quilômetros de Porto Velho. São nestes canteiros de obras que acontecem as maiores atrocidades sobre os operários que trabalham sob sol escaldante sem direito de visitar os famílias nos fins de semana e ganhando salário de fome. No início de outubro, 40 operários se manifestaram em frente a sede da Camargo Corrêa, em Porto Velho, e denunciaram que foram retirados do canteiro de obras da usina de forma humilhante sem direito a abrir os armários e retirar seus objetos de uso pessoal. Em frente à empresa, continuaram coagidos pelos seguranças.

Os operários da construção das hidrelétricas em Rondônia precisam compreender a importância da unidade da luta de todos os operários contratados pela **Camargo Corrêa e Odebrecht**, para a construção das hidrelétricas de Santa Antonio e Jirau, que unidos poderão varrer as direções traidoras da CUT e do STICCERO e assumirem a direção de suas lutas.

pela questão urbana, em que a secretária havia assumido algumas obrigações perante o movimento.

As pressões continuam durante o mês de outubro e indicam que a polícia está preparada para retirar à força, a qualquer momento, os ocupantes do Quilombo do Paraíso. As intimidações irão aumentar, tendo em vista que junto ao terreno ocupado pelos sem tetos está sendo construído um Hospital pelo governo do Estado da Bahia. Portanto, o governo não permitirá que a ocupação continue naquele local.

Ainda no mês de agosto, a ocupação de Gal Costa, também em Salvador, foi invadida por policiais, que, de armas em mãos, prenderam o dirigente local do MSTB, encarcerando-o, sob a alegação de resistência à prisão. Com o avanço do capital imobiliário no referido bairro e a aproximação da copa do mundo, as pressões tendem a aumentar para a saída dos sem tetos do local. O dirigente sofreu humilhações no trajeto e durante a sua presença na delegacia.

Portanto, fica claro que a política dos governos municipal, Estadual e Federal para com o MSTB é de um lado a de iludir o movimento nacionalmente de que vai resolver o problema da moradia no Brasil, com um programa muito limitado de salvaguarda da indústria da construção civil e do capital imobiliário; de outro, põe todo o aparato repressivo para proteger a propriedade privada responsável pela especulação imobiliária no Estado e na capital e responde às ocupações e à resistência dos moradores com o arbítrio e a intimidação.

Está na ordem do dia, a discussão pelo MSTB de um conjunto de mobilizações em todos os Estados, em particular na Bahia, com uma pauta de reivindicações, que atendam aos interesses dos ocupantes, além de discutir firmemente uma política de segurança para o movimento com a formação de comitês de autodefesa.

Alagoas

A experiência da luta da população em 1997 deve ser retomada

Publicamos uma avaliação da experiência da luta de classe em Alagoas, no ano de 1997, portanto ocorrida há 12 anos. A sua importância está em mostrar o processo de um levante popular que incorporou policiais e que afastou o governador.

A principal lição é de que o movimento se desfez e a oligarquia retomou o comando do Estado. A esquerda reformista eleitoreira se mostrou incapaz de dirigir o combate contra os latifundiários e os capitalistas do estado. Os acontecimentos evidenciaram a tarefa de construir o partido revolucionário, marxista-leninista-trotskista.

17 de julho, o dia em que Alagoas parou

Para entender a importância dos acontecimentos que culminaram no dia 17 de julho de 1997, dia em que a população de Alagoas forçou a renúncia do então governador Divaldo Suruagy, é preciso entender um pouco sobre a história política do estado.

Segundo a lei econômica do desenvolvimento desigual e combinado, pela qual o sistema capitalista mantém a desigualdade entre os países, e internamente entre regiões de um mesmo país, o Nordeste brasileiro já foi chamado de “Quarto mundo dentro do terceiro”, tamanha a discrepância econômica entre a região agrária e dominada por relações econômicas pré-capitalistas, e o Sul e Sudeste industrializados e mais desenvolvidos.

Alagoas amarga índices sociais alarmantes como: 31% dos 3 bilhões de habitantes são analfabetos, apenas 21% das pessoas têm acesso à rede de esgoto e 60% tem água encanada. Alagoas representa ainda o segundo pior índice de Desenvolvimento Humano do Brasil (índice Gini de 0,649).

A economia do estado é essencialmente agrária, quase que totalmente dependente da monocultura de subprodutos da cana de açúcar (90% das exportações). Este setor da economia é, por sua vez, dominado por pouquíssimas famílias, que utilizam o poder econômico convertendo-o em poder político.

Este setor dominante constituiu uma oligarquia que, alternando entre as famílias poderosas, sempre governou o estado, completamente alheia às condições sociais da população explorada. A oligarquia sucroalcooleira se desenvolveu como um cartel econômico e político, a união de famílias formando um poderoso esquema de dominação política, que controlou por muito tempo os partidos e as eleições.

Mas essas forças não cresciam sozinhas e de alguma maneira cresceu também uma oposição reformista e nacionalista a esses setores reacionários. Mas o golpe de 1964 esfacela a resistência antioligárquica da esquerda reformista, em Alagoas, e como em todo o Brasil, as organizações são descobertas, militantes e estudantes presos e torturados.

Nesse contexto, emerge uma liderança política que rapidamente se torna o maior representante político das oligarquias, em 1975. Divaldo Suruagy é indicado para o governo de Alagoas fazendo um governo alinhado ao regime militar e aos interesses das oligarquias locais.

Em 1982, em uma eleição marcada pelo voto de cabresto, Suruagy se elege para seu segundo mandato, mesmo tendo sofrido uma derrota considerável na capital. Assim como no primeiro, Divaldo Suruagy governa de acordo com os interesses das oligarquias, mas mantendo uma característica: não atrasar o pagamento do funcionalismo, prática antes comum no estado.

O próximo da fila de representante das oligarquias a sentar na cadeira de governador foi Fernando Collor, que tinha sido prefeito biônico da Maceió, e se elegeu governador pelo PMDB, em 1986, com o apoio do PCdoB, que defendia a aliança com a “burguesia progressista” contra a burguesia retrógrada. Collor deixou o mandato para se eleger Presidente da República, em 1989.

Nesse período, graças ao incentivo do governo federal à produção de etanol e ao turismo, Alagoas experimentou um crescimento econômico maior que a média nacional, mas que não se refletiu nas condições de vida da população. O estado continuou a disputar com o Piauí e Maranhão os últimos lugares no que diz respeito aos índices sociais.

Em 1990, todos os candidatos ao governo de Alagoas tinham ligações políticas com Fernando Collor e, em maior ou menor grau, representavam os interesses mais conservadores da política alagoana. Nessa eleição, Geraldo Bulhões, companheiro de Collor na Arena/PDS/PMDB, derrotou Renan Calheiros, então líder de Collor na Câmara Federal. As eleições foram marcadas por suspeitas de fraudes e o governo de Geraldo Bulhões, pela corrupção, com o atraso nos salários, agravou-se muito a situação de pobreza no estado.

O afastamento de Collor da presidência por corrupção e o caos governamental a que Alagoas foi submetida, com seus índices sociais de países africanos, segundo o IBGE: 34% de analfabetismo e 90,1% da população com renda mensal de até 1 salário mínimo, veio o enfraquecimento da fração da burguesia ligada a Collor.

Essa conjuntura favoreceu o fortalecimento de setores da oposição burguesa de tintura reformista, que assume em 1992 a prefeitura de Maceió. Tal governo logo revelou que havia iludido as massas oprimidas. A fome e a miséria se mantiveram. A oligarquia continuou a comandar a vida econômica do estado. Assim, não impediu o reaparecimento de um velho representante do poder das oligarquias. Com fama de bom pagador e discurso de salvador da pátria, Suruagy venceu as eleições para governador em 1994, com 82% dos votos válidos.

Pela terceira vez à frente do governo de Alagoas, Divaldo Suruagy mantém o ataque à população, segundo o lema que ele mesmo anunciou: “Faz-se campanha com o povo, mas se governa com as elites”. Só que desta vez o governador não contava com os favores e financiamentos fartos do governo federal. Ao contrário, Fernando Henrique, sob a tutela do FMI, cobrava responsabilidade nos gastos dos estados.

A situação caótica de Alagoas se acentuou, os atrasos

na folha de pagamento chegaram a 11 meses, gerando uma estagnação do setor comercial e aumento da pobreza e violência. A situação do funcionalismo público estadual beirava à miséria. Greves em vários setores eram constantes: polícias civil e militar, professores etc. paravam o estado.

Os sindicatos, partidos e setores do funcionalismo público se organizaram no chamado “Movimento Unificado dos Servidores Públicos”, que veio a se tornar um pesadelo para o governo de Suruagy e Manuel Gomes de Barros, então vice-governador, mas com poderes especiais no chamado “Governo a quatro mãos”.

Além da situação do funcionalismo, pesavam contra o governo acusações de irregularidades na venda de títulos públicos, que incluía a falsificação da assinatura do ex-governador Fernando Collor em documentos enviados ao Banco Central. O governo esfacelava-se.

O ano de 1997 foi marcado por protestos e manifestações que resultariam no “17 de julho”. No dia 8 de maio, uma comissão formada por representantes de movimentos sociais e de partidos força a entrada no palácio do governo e leva uma lista de reivindicações ao governador, entre elas o pagamento imediato de parte dos salários atrasados. Divaldo Suruagy e seu vice não aceitaram as reivindicações e responderam à insistência da comissão com o policiamento ostensivo. Os manifestantes foram retirados do palácio com violência, um servidor chegou a perder uma das mãos, em decorrência de uma bomba jogada pela polícia.

Os protestos e manifestações seguiram. A Assembléia Legislativa foi ocupada por 13 dias. O Movimento Unificado dos Servidores Públicos organizou um plebiscito onde cerca de 98% dos votantes pediram a saída de Suruagy e seu vice.

A OAB e outras entidades encaminharam à Assembléia Legislativa o pedido de impeachment do governador. A votação do pedido foi marcada para o dia 17 de julho. No dia 15 de julho, policiais civis e militares aderiram ao movimento e lideraram uma grande manifestação que ficou conhecida como

São Gonçalo - RN

Abaixo a privatização da previdência

Em vários países, a Previdência já foi privatizada e foi um desastre para a classe trabalhadora.

O governo de FHC começou e Lula/PT deu continuidade à reforma da Previdência. Aumentaram a contribuição de 8% para 11%, o tempo de contribuição, a idade, etc. Tudo isso para favorecer o lucro dos capitalistas (banqueiros nacionais e internacionais).

A última fase deve ser a privatização total da previdência.

Para enfrentar a resistência unificada dos trabalhadores, o governo Lula/PT orientou que os prefeitos montassem a farsa da municipalização e depois vendesse a previdência a bancos privados (Itaú, Bradesco e outros) e assim estaria feita a privatização.

O prefeito Jaime Calado (PR/PT/PCdoB), aliado de Vilma e Lula, seguindo direitinho a cartilha, montou a farsa da municipalização, alegando ser bom para o trabalhador. A idéia de municipalizar esconde a verdade para que os servidores não saibam que está em andamento o primeiro passo. Para a privatização aqui em São Gonçalo, já está tudo definido pelo prefeito Jaime e seus vereadores: a previdência será vendida ao Itaú.

Com a privatização, os trabalhadores da rede municipal não terão mais garantida sua aposentadoria, o valor da contribui-

ção aumentará de acordo com o interesse dos bancos. Só poderemos nos aposentar com mais de 85/90 anos de idade.

“marcha silenciosa”. A participação dos policiais representaria um choque ao governador. Desta vez as forças da repressão não se voltaram contra a população. Esse fato político marcou para os alagoanos a data de 17 de julho de 1997.

No dia da votação do pedido de impeachment, o clima foi de guerra em frente à Assembléia, de um lado uma multidão, cerca de 15 mil pessoas, composta de estudantes, funcionários públicos, sindicalistas, populares e policiais civis e militares que não apontaram as armas para os manifestantes. Do outro lado, tropas do exército solicitadas pelos deputados para garantir a repressão ao movimento. O conflito se agravou quando os manifestantes tentaram ocupar a Assembléia. Ambos os lados armados começaram a atirar para o alto. Quatro manifestantes foram atingidos, os deputados, representantes do neo-coronelismo, e seu capangas estavam armados até os dentes, prontos para impedir a tomada da Assembléia.

Os policiais se colocaram à disposição das lideranças do movimento para radicalizar a ação, os parlamentares cobraram do governador que tomasse providências. Encaminhou-se, então, um pedido de licença, que foi aceito pelos deputados. As pressões continuaram e a licença virou renúncia do governador.

O 17 de julho entrou para a história como um dia onde a população despertou, os trabalhadores se unificaram, os policiais se sublevaram, colocando-se ao lado das massas. A imprensa nacional chegou a comparar o movimento à tentativa de revolução na Rússia em 1905, dizendo que assim como na Rússia naquele episódio, faltou o amadurecimento do partido da revolução. Comparações à parte, o dia 17 de julho precisa ser lembrado como um exemplo do poder da união dos trabalhadores, do caráter de classe da democracia burguesa, da incapacidade dos partidos burgueses e, principalmente, da necessidade do partido revolucionário capaz de desenvolver um programa político revolucionário que atenda às necessidades históricas dos trabalhadores e das massas.

Derrotar Jaime Calado e sua corja de vereadores nas ruas com a unidade dos trabalhadores

ção aumentará de acordo com o interesse dos bancos. Só poderemos nos aposentar com mais de 85/90 anos de idade.

Derrotar Jaime Calado e sua corja de vereadores nas ruas com a unidade dos trabalhadores

É a unidade e a luta da classe trabalhadora nas ruas que pode derrotar os ataques dos governos opressores. A CUT e a CTB são Centrais Sindicais em que suas direções estão prostradas aos governos, por isso, defendem o ataque aos trabalhadores.

A Conlutas, até hoje, não teve força para organizar a luta contra os exploradores. É preciso um movimento de unidade com todos os que estão sofrendo os ataques do governo federal, estadual e dos municipais para derrotar de conjunto suas reformas que não são benéficas para os servidores.

Derrubar as posições dos vereadores vendidos ao prefeito com um amplo movimento, mostrando que de fato a Câmara Municipal serve apenas para tramar contra os explorados e não nos serve como órgão de representatividade. Um bando de parasitas pagos para atacar os trabalhadores. Por isso, devemos pôr abaixo toda e qualquer reforma que tanto nos ataca e só tem servido para nos tirar direitos.

Professores - Ceará:

Chapa 1 (Corrente O Trabalho/PT-CUT) dá o golpe Assembleia já para garantir novas eleições!

As eleições para o Sindiute foram marcadas pela fraude. Do início ao fim, as eleições ocorreram com várias irregularidades, desrespeitando a categoria, ignorando as orientações legais do estatuto do sindicato e forjando votos fantasmas, com o fito de referendar uma farsa eleitoral. A fraude já vinha desde o início do processo quando da escolha da comissão eleitoral, constituída por professores próximos à corrente O Trabalho/PT e pior, com a participação de diretores desse sindicato, como foi o caso da presidenta da Comissão Eleitoral. Isso levou a Chapa 1 (direção atual do Sindiute) a fazer o que quisesse na campanha.

Os vícios da eleição ocorreram também em vários momentos da campanha, como na indução de voto (ou mesmo a sua compra) por meio de farta distribuição de camisas organizada pela Chapa 1, com dinheiro de deputados, vereadores, CUT etc. Não faltou o uso da máquina do sindicato na campanha, quando da participação do sindicato na última audiência pública sobre educação na Assembléia Legislativa, onde as diretoras apareceram com a camisa da campanha em plena atividade do sindicato e não da chapa. Perguntamos: o que a comissão eleitoral fez quando inquirida de tal fato ilegal? Nada.

No processo de eleição, as artimanhas politiquieiras continuaram. Uma delas foi quando da passagem das urnas volantes. De antemão ficou acordado, pela própria Comissão Eleitoral, que haveria apenas uma urna para cada regional e que cada uma dessas urnas só poderia passar nas escolas mediante a fiscalização de pelo menos dois membros de chapas diferentes. O que aconteceu foi que, na Regional VI, passou-se com duas urnas. Em uma delas, foi constatada irregularidade em razão da urna estar sendo conduzida apenas pela mesária e duas professores da chapa 1, da atual direção. Perguntamos: o que a comissão fez após mais essa denúncia? Nada.

A Comissão Eleitoral atuou nas eleições garantindo que, nas regionais onde a Chapa 1 tinha maioria de votos, as eleições ocorressem sem problemas. Nestas, as urnas chegaram cedo; desde o dia 05, foram providenciados mesários etc. Exatamente o contrário ocorreu nas outras em que esta chapa tinha poucos votos, como foi o caso da regional V. Nesta regional, houve escolas que não receberam a urna. Outras em que a urna só foi entregue no último dia - 09/10 (quando o Edital das eleições definia que, nas escolas, as eleições deveriam ser abertas às 8h do dia 07), prejudicando a votação de vários professores que faziam oposição à Chapa 1. Houve até escolas em que a urna foi literalmente 'esquecida' (como foi o caso da escola EMEIF Novo Renascer - Conforme reportagem na TV Cidade, veiculada dia 19/10) por não interessar à Chapa da direção do Sindicato. Não faltaram também casos absurdos de impugnação de urnas da Regional V, como foi o caso da urna da escola EMEIF Osmiro Barreto.

Não podemos deixar de noticiar que, no período da apuração, várias urnas de várias regionais, principalmente das Regionais V e VI, tinham indício de irregularidades, haja vista que o número de professores votantes da relação por vezes

era menor que a quantidade de cédulas preenchidas com voto. Esse fato, novamente, não foi resolvido pela comissão eleitoral, já que tal atitude prejudicaria os governistas da Chapa 1. Mas o escândalo maior ainda estava por vir.

Encerrada a apuração dos votos às 11h do sábado dia 10/10 e lavrada a ata de apuração, a Chapa 1, que não tinha atingido 50% dos votos, resolveu fraudar os resultados. A comissão eleitoral em conluio com a Chapa 1 se reuniu 4 dias depois (14/10), a portas fechadas e sem nenhum representante de chapa para forjar uma nova ata de apuração. Nela, alegam a contabilização dos votos do interior, mas o objetivo real era dar maioria absoluta aos trambiqueiros da Chapa 1. A COMISSÃO ELEITORAL, PORTANTO ELABOROU DUAS ATAS DE APURAÇÃO PARA A MESMA ELEIÇÃO. Na primeira ata, a Chapa 1 ficou com 1285 votos (48,5%) a Chapa 3 com 434 votos (16,3%) a Chapa 4 com 331 votos (12,5%); a Chapa 6 com 215 (8,1%); a Chapa 5 com 208 votos (7,8%) e Chapa 2 com 175 votos (6,5%). Estes resultados foram lavrados em ata assinada pela Comissão Eleitoral e representantes de chapa, porém não foi divulgada no site do Sindiute. A segunda ata, ata fraudada do dia 14/10, traz o seguinte: "*Aos quatorze dias do mês de outubro de dois mil e nove, reuniu-se a comissão eleitoral às 14h, para concluir a contagem do processo de apuração das eleições para o SINDIUTE na sede do sindicato. Sito Avenida do Imperador 1786-A Bairro Benfica. O pleito aconteceu nos dias 07, 08 e 09 de outubro para eleger a diretoria colegiada da entidade para o período 2009 a 2012, após a apuração das urnas pela mesa apuradora constituída pela comissão eleitoral, sendo um representante indicado pelas chapas concorrentes conforme acordado pelos mesmos em reunião anterior e acompanhada por um fiscal de cada chapa presentes durante a apuração dos votos." A ata supracitada é falsa do começo ao fim. É MENTIRA que os representantes e fiscais de chapas estiveram presentes dia 14. Eles estiveram presentes APENAS no dia 10. Mas a ata do dia 10 agora é um documento proibido, cujo original assinado deve ter sido já destruído. O resultado eleitoral passou a ser, depois desta 'apuração' o seguinte: Chapa 1: 1405 votos (51,25%); Chapa 3: 432 votos (15,76%); Chapa 4: 312 votos (11,38%); Chapa 6: 209 votos (7,62%); Chapa 5: 208 votos (7,58%) e Chapa 2: 175 votos (6,38%).*

Conlutas Pela Base/PSTU, (Chapa 3) decide compor a direção do Sindiute e legitimar a fraude da Chapa 1 nas eleições.

O Conlutas pela base (Chapa 3) decidiu compor a direção do Sindiute, mesmo reconhecendo a fraude nas eleições. Dos 31 cargos na gestão (incluindo Conselho Fiscal), a Chapa 3 ficou com 5, o que lhe coloca numa situação de minoria, que, tal como na última gestão, já entra disciplinada pelos governistas de O Trabalho/PT. Esta postura indica que a Chapa 3 encontra uma acomodação com a Chapa 1 na diretoria, já que foi beneficiada com mais um cargo na execu-

tiva. O significado desse posicionamento não é outro senão o de legitimar a falcatura eleitoral por parte da Comissão Eleitoral/Chapa 1. Compor a direção e ao mesmo tempo recorrer à justiça contra o processo eleitoral viciado além de contraditório é o mesmo que ajudar a direção atual, Chapa 1, a estabilizar-se e a enganar os professores. Não será por meio da ação na justiça burguesa, e sim pela ação independente das massas que será possível derrotar a fraude da burocracia sindical. Por isso, chamamos os ativistas de base do Conlutas (chapa 3) a combaterem essa absurda posição e a se somarem na luta pela impugnação do pleito, por uma assembléia geral da categoria, sob pena de (com esta postura) agirem como força auxiliar da Corrente O Trabalho/PT na

direção do Sindiute.

Não corrigir a burocracia, derrubar a fraude

Diante deste quadro escandaloso, a Corrente Proletária na Educação/POR, que compôs a chapa 4, que atuou neste processo eleitoral defendendo um programa de combate aos governos Lula, Luizianne e Cid e contra os seus agentes da Chapa 1, vem anunciar que não corroborará com este inescrupuloso resultado. Convoca os professores e demais trabalhadores em educação a dar um basta na farsa das eleições do Sindiute, defendendo a imediata convocação de novas eleições por meio de uma assembléia geral e o não reconhecimento desse vergonhoso processo.

RN

Balanco do golpe ao CONUMES

A União Metropolitana dos Estudantes Secundaristas (UMES) é a entidade que representa mais de 200 mil estudantes do ensino médio e fundamental de Natal e região metropolitana. É junto dela que os estudantes, unidos e através da luta, podem conquistar suas reivindicações.

A UMES estava desorganizada fazia três anos, a antiga direção era composta pela Juventude Socialista Brasileira (JSB/PSB), corrente que entrou em crise e paralisou a entidade.

Após um longo período de desorganização, no dia 26 de setembro, a Juventude Articulação de Esquerda (JAE/PT) convocou um suposto “congresso” às escondidas para dar um golpe na entidade.

A forma como foi convocado, aquilo que deveria ser um congresso, não passou de uma ação golpista. O evento foi uma farsa. Não houve nenhuma participação massiva, quase todas as escolas da região metropolitana não tiveram conhecimento da existência do evento e nem o acesso às atas. O credenciamento dos delegados foi realizado antes do dia em que seria feita a atividade.

A única maneira legítima de convocar um congresso deve ser a partir dos conselhos metropolitanos de grêmios. Outro procedimento fora do comum foi no credenciamento de delegados realizado pela própria juventude petista.

A abertura do evento teve a participação do deputado Estadual Mineiro (PT), que falou a favor da JAE. Como parlamentar representante do governo estadual, ele é conivente com as políticas de sucateamento à educação, caracteri-

zadas pela ausência de professores, falta de assistência aos estudantes etc. A sua representação foi repugnante.

Durante a atividade, a JAE/PT mentiu para os estudantes afirmando que o “Maio Vermelho” conseguiu barrar o aumento das passagens de ônibus. Essa declaração foi falaciosa, pois o que ocorreu, na verdade, foi um adiamento de 60 dias no aumento da tarifa, em virtude de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC).

A juventude petista fez o possível e o imaginável para atrapalhar os estudantes. Adiou o “congresso” várias vezes, sem dar nenhuma explicação, mudou o local do evento que seria realizado no IFRN para a escola Anísio Teixeira de última hora, manipulou a mesa, prometeu fazer um mandato revogável de apenas um ano, distribuiu crachás falsos para aumentar o número de delegados, tentou subornar a oposição propondo dividir a diretoria da entidade etc.

O evento foi totalmente ilegítimo. Estiveram presentes nele apenas dezessete delegados, dos quais sete eram oposição formada pela CORRENTE PROLETÁRIA ESTUDANTIL e o movimento “volta por cima” da JAE/PT. Esses números de estudantes presentes no evento não representavam os mais de 200 mil alunos da região metropolitana.

Com todas as demonstrações da JAE/PT pelo golpe na UMES, a CORRENTE PROLETÁRIA ESTUDANTIL NÃO referendou o evento e propôs a mesa que parassem o “congresso” e voltassem às bases (grêmios estudantis) para se dis-

cutir de forma representativa com a opinião de todos os estudantes se haveria outro congresso ou não.

Como já se esperava, a JAE/PT foi contra a proposta e fraudou a votação multiplicando o número de crachás que foi comprovado no momento da votação. Dos 17 delegados escritos, 8 votaram na proposta da CORRENTE PROLETÁRIA ESTUDANTIL e 26 na proposta da JAE/PT

Tendo em vista que não era possível continuar referendando um “congresso” fraudulento a CORRENTE PROLETÁRIA ESTUDANTIL se retirou da plenária. E a JAE/PT de forma burocrática, após a nossa retirada que esvaziou a plenária elegeu a direção da UMES sem nenhuma representatividade.

Contudo podemos concluir que os estudantes de Natal e região metropolitana foram golpeados por uma juventude que não está interessada na verdadeira luta estudantil querem somente que em 2010 seus candidatos sejam eleitos e realizem seus próprios interesses deixando o estudante na pior. Essas manobras do golpe a UMES são o reflexo de uma política totalmente degenerada, disposta a levar até as últimas consequências o oportunismo para dar a “volta por cima” no movimento estudantil.

A única função da nova direção será a de servir como correia de transmissão das políticas burguesas do PT para destruir a educação pública.

Para isso, precisamos organizar uma luta por uma UMES independente dos interesses eleitoreiros assim como as outras entidades estudantis APES, UBES e UNE.

Professores - SP

Governo golpeia os professores

Na madrugada do dia 21/10, Serra fez a Assembléia Legislativa votar favorável ao projeto de lei que modifica o plano de carreira, elimina a isonomia salarial, institui a avaliação por mérito, vincula o reajuste ao resultado do desempenho, cria o sistema de cotas para a concessão de reajuste (até 20% dos aprovados) e impede que os aposentados tenham reajustes similares aos da ativa. Num só projeto, pôs fim às conquistas históricas do magistério.

Para aprovar, o governo usou os truques parlamentares, cercou com a polícia a Assembléia Legislativa e, por volta das 3:30 da manhã, os deputados aliados a Serra desfecharam o golpe, depois de impedir que a Apeoesp realizasse a reunião do Conselho de Representantes no estádio vizinho à Assembléia.

Porque o governo venceu

A Apeoesp vem sendo dirigida pela política do governo Lula. A ausência de independência fez da Apeoesp uma correia de transmissão das ações do governo Federal. Hoje, a presidenta é uma das integrantes do Conselho Nacional de Educação, organismo do MEC. É esse compromisso que a impede de enfrentar a diretriz geral da educação. Como Serra segue tal diretriz, a direção da Apeoesp não pode enfrentá-lo consequentemente. Daí a não organização da resistência, a substituição dos métodos próprios dos trabalhadores pela “pressão” parlamentar, o apoio às emendas dos parlamentares do PT e a aceitação da avaliação institucional, pintada com adjetivos de “qualidade”, “inclusiva” e outros da mesma natureza.

A burocracia dirigente quebrou a disposição de luta dos professores manifestada no primeiro semestre. O governo serviu-se disso para aprovar os projetos de lei que instituíram o exame de seleção para os Ofas, o desemprego e o concurso com uma pseudo estabilidade. Agora, aprovou o PLC-29 para criar uma “elite” de professores moldados pela “aprovação” por mérito e justificar sua política de baixos salários aos professores “reprovados” por desmérito.

A experiência com a política da burocracia de canalizar o movimento para as “pressões” parlamentares tem acumulado derrotas. Os professores devem fazer o balanço dessa experiência negativa e retomar o caminho da luta coletiva e de rua.

A perda da unidade e da ação coletiva

O estado mais rico da federação é o que mais avança contra o ensino gratuito. Ocorre que há uma diretriz geral de corte de recursos à educação pública, de ampliação do ensino privado e a distância. As medidas de Serra estão em consonância com esta diretriz. Está aí por que não há oposição entre Serra e Lula, como não há entre governadores e prefeitos com o governo federal.

O ritmo das medidas depende da reação dos trabalhadores e dos estudantes. A divisão dos professores e a contaminação ideológica burguesa permitem as ações do governo. A perda da unidade de classe é um dos maiores prejuízos para a luta. O governo soube usar esse elemento, instituindo medidas que

ora atingiam em cheio os contratados, ora os efetivos. Recompor a unidade do magistério é fundamental para derrotar a ofensiva do governo. Mas para isso é necessária uma direção política independente dos governos, o que não existe. Os sindicatos foram apropriados por direções que apóiam governos e não enfrentam a reforma educacional de conjunto.

Por outro lado, os estudantes estão desorganizados e os grêmios estão submetidos à direção da escola ou à política da UNE e UBES e outras entidades dirigidas por partidos, como PCdoB, que apóiam o governo. Daí a não resistência dos estudantes, vítimas do desmonte da escola pública.

A visão de que os estudantes pouco têm a ver com os problemas estruturais da escola e a sua separação do movimento dos trabalhadores da educação enfraquece a resistência às reformulações dos governos. A forma de superar esse entrave é trabalhar pela mobilização conjunta em torno do programa de defesa da escola pública, fim do sistema privado, controle da educação por quem estuda e trabalha e melhorias nas condições de ensino.

Os governos estão obrigados a avançar na destruição de conquistas, nos cortes de recursos à educação e na instituição da escola/empresa. Para isso, é fundamental avaliar as derrotas para corrigir o curso do movimento dos trabalhadores da educação e dos estudantes.

Preparar para os próximos combates

A ofensiva dos governos contra os professores e a educação pública vem se acirrando. Embora sejam de partidos diferentes, Lula e Serra têm em comum a orientação geral expressa na Reforma Educacional, ditada pelo imperialismo. Seu conteúdo vem sendo materializado por meio do avanço da privatização, da destruição de conquistas trabalhistas e da aplicação de mecanismos empresariais no funcionamento das unidades escolares. Para isso, foi desfechada uma doutrinação sobre uma parcela de diretores, coordenadores e até mesmo de professores para que aceitem as mudanças empresariais como solução para o fracasso escolar e redução de recursos estatais. Aumentou a centralização burocrática, na tentativa de pôr fim à débil autonomia das escolas. Criou o artifício de metas de evolução na aprendizagem, auferidas pela farsa do Saesp, SAEB, Prova Brasil, Enem e outras. Impôs as cartilhas. Atraiu o salário do trabalhador da educação aos resultados de avaliações governamentais. Com diferentes ritmos, os estados e municípios aplicam a mesma política de desmonte da educação gratuita.

As consequências são desastrosas: 1) o ensino continua ruim; 2) a evasão dos estudantes é grande, o que fortalece a política do governo de fechamento de salas e turnos; 3) aumentou a centralização burocrático-autoritária, vertical e horizontal; 4) estilhaçou a classe de professores em vários segmentos, na tentativa de quebrar a força coletiva do magistério; 5) as cartilhas serviram para embrutecer e controlar os professores; 6) rebaiou o poder de compra dos salários a patamares miseráveis; 7) reforçou o individualismo e a concorrência com as avaliações por mérito; 8) nunca se investiu tão pouco na educação, atin-

gindo apenas 3% do PIB.

O PLC-29 foi uma pequena peça desse todo. Trata-se de mais uma medida para dividir os professores, através das avaliações. Prioriza o “mérito” individual para se obter “melhorias” salariais. Para o impor tal medida, o governo precisou golpear a educação e as condições de existência e trabalho dos professores. A divisão dos professores contratados (Ofas) em mais de 4 categoriais e a eliminação da estabilidade dos professores efetivos numa mesma escola são exemplos dessa violência estatal.

Os governos só recuam quando os trabalhadores estão em luta. A quebra do movimento e a apatia imposta pela direção do sindicato deixaram as escolas à mercê da centralização autoritária dos organismos do estado.

Hoje, uma parcela professores tomou como natural ter de se submeter a prova de seleção, mesmo sem o emprego garantido (este depende da existência de aulas), outra se encontra descrente na força coletiva da classe e outra que não aceita a política da direção da Apeoesp tem comparecido às assembleias e manifestações. Com a parcela que tem consciência de que é possível derrotar o governo e a política de compromisso da burocracia que devemos iniciar o combate. Mas todo combate tem de ser de maioria, daí o papel de ganhar a confiança dos que estão indignados, mas descrentes e daqueles que estão passivos. Isso implica o trabalho de organização e constituição de uma oposição inteiramente vinculada aos interesses da classe.

Propostas da Corrente Proletária para impulsionar a luta

Não dá para ficar assistindo a destruição do ensino. Não dá para aceitar o jogo da burocracia da Apeoesp. É preciso uma nova direção para o movimento dos professores. O que requer um programa de luta para enfrentar os governos e defender a educação gratuita. Nesse sentido, a Corrente Proletária tem defendido a convocação ampla de assembleia, para que os professores possam verdadeiramente decidir os rumos do movimento e:

1. rejeitar as leis 1093 e 1094, que impuseram a prova para o Ofa e o concurso com uma falsa estabilidade;
2. Fim do PLC-29, que vincula a avaliação por mérito ao reajuste salarial;
3. combater a farsa do Programa do Ensino Médio do governo Lula, que nada mais é do que a continuidade da implementação da Reforma e da LDB;
4. Lutar pelo fim de toda reforma educacional, que vem sendo imposta desde o governo de FHC;
5. Fim das avaliações institucionais;
6. Defender o emprego a todos por meio da escala móvel das horas de trabalho;
7. Estabilidade a todos, rejeitando os concursos que só servem para dividir e demitir os professores;
8. Piso salarial equivalente ao salário mínimo vital, que em nossos cálculos deve ser de R\$3.500,00;
9. Escola pública, gratuita, laica para todos em todos os níveis, vinculada à produção social e controlada por quem estuda e trabalha;

Eleições do SINTE - São Gonçalo (RN): Organizar um programa em defesa da construção da unidade dos trabalhadores frente aos governos

As eleições de São Gonçalo ocorrem numa conjuntura onde os governos aumentam seus ataques aos trabalhadores. Aqui o governo de Jaime Calado consegue como fortes aliados os grupos que até ontem estavam na direção do Sinte. Estes conseguiram ano a ano trazer derrotas à categoria. Seu único propósito de transformar sua passagem na direção do sindicato como trampolim político.

Temos hoje uma direção sindical que se ajoelha diante de todas as medidas ditadas por Jaime Calado (PR/PT/PCdoB). Por isso, nós da Corrente Proletária na Educação entendemos que é necessário a unidade entre os grupos de oposição a atual direção do núcleo.

Apresentamos os seguintes pontos para a formação do programa que **defenda um sindicato independente dos governos, democrático e de luta:**

- Escola única, pública, gratuita, laica e enraizada na produção social;
- Extinção de toda rede privada de ensino, estatização de todos os níveis de ensino, sob o controle dos trabalhadores;
- Autonomia integral da educação;
- Derrubada integral da reforma privatista do ensino;
- Organizar a luta anticapitalista e antiimperialista contra as diretrizes neoliberais da burguesia;
- Piso nacional para todos os trabalhadores em educação por 20 horas semanais; implantação imediata do salário mínimo vital;
- Reposição integral de todas as perdas, escala móvel de salário;
- Emprego à todos, escala móvel das horas de trabalho;
- Contra as reformas neoliberais dos governos Lula, Dilma e Jaime Calado;
- Não a privatização da previdência;
- Defesa da democracia operária no Sinte;
- Por um Sinte baseado no método da ação direta;
- Revogabilidade de mandato dos diretores do sindicato, soberania das assembleias gerais da categoria;
- Solidariedade internacional à luta dos trabalhadores contra a opressão social do capitalismo;
- Nenhum apoio ou trégua aos governos de Lula, Dilma e Jaime Calado
- Eliminação da violência nas escolas, através do emprego a todos que estejam aptos ao trabalho
- Contra a avaliação desempenho;
- Abaixo a terceirização;
- Construção de um PCCS único que contemple os interesses reais de todos os trabalhadores em educação

Londrina - PR

Chapa 3, Corrente Proletária e organização do Movimento Estudantil

A eleição da direção do DCE, realizada em maio deste ano, foi abortada por uma manobra de membros da Comissão Eleitoral, vinculados à chapa 2, que tentaram impugnar, sem fundamento, a vitória legítima da Chapa 3. Diante da impossibilidade de impugnação, levaram a decisão para uma assembléia tumultuada, que finalmente cancelou a eleição.

Na seqüência, depois do recesso da gripe A, uma assembléia geral deliberou por realizar o Congresso do DCE, adiado desde o ano passado. Este congresso deveria formular o novo estatuto da entidade e definir as bandeiras do movimento da UEL. Corretamente, a assembléia escolheu uma forma de reagrupar o ME e politizar a constituição de uma nova direção.

Entretanto, por iniciativa do PSTU e do PSOL, a assembléia seguinte cancelou o congresso e deliberou por realizar eleições do DCE ainda neste ano. Esta decisão não apenas atropela o calendário definido com anterioridade, mas coloca o processo eleitoral num quadro de completa dispersão e desmobilização, no qual o peso de aparatos burocráticos pode se sobrepor ao debate acumulado e ao encaminhamento das lutas que o Movimento Estudantil da UEL exigem.

Autocrítica

A Corrente Proletária apoiou a chapa 3. Mais do que isso, participou de sua constituição desde a luta pela realização do Congresso, aprovado contra a vontade da anterior diretoria do DCE, passando pela elaboração de uma tese programática para o congresso, pela organização da semana de recepção de calouros que concluiu na assembléia que deliberou pela realização das eleições de maio e constituição de uma diretoria provisória. O apoio da Corrente Proletária (CP) se deu sobre a base de um acordo programático apresentado para a eleição, que refletia a tese do congresso. Mas, nenhum membro da chapa 3 pertencia à CP.

A chapa 3, entretanto, mostrou durante o processo uma tremenda vacilação e grandes fragilidades que comprometeram a identidade programática que justificava o apoio da Corrente Proletária. No limite, parte da chapa 3 votou pela anulação da eleição, renunciando dessa forma a sua própria vitória; outros abandonaram a assembléia ao invés de enfrentar até o final a violência que foi o cancelamento da eleição e a burla da manifestação majoritária dos estudantes nas urnas.

Ficou dessa forma evidenciado que os membros da chapa 3 não haviam assimilado suficientemente o programa sobre o qual se constituíram desde 2008 o trabalho conjunto com a CP.

O erro da CP não foi ter participado do processo eleitoral apoiando uma chapa, mas o de ter confiado em que militantes sem uma clara definição partidária seriam capazes de enfrentar a luta política que se travou. O resultado do processo mostra, pelo contrário, a importância da construção partidária no seio do movimento estudantil, pois somente a partir de uma perspectiva de partido, é que o militante pode enfrentar as correntes desagregadoras e destrutivas sem se confundir e sem se acovardar. O seu "independentismo" pelo contrário, deixa ele vulnerável às menores pressões, diante das quais ele reage sob a única perspectiva possível: o seu próprio individualismo. A conclusão mais importante é que não se pode construir uma direção revolucionária para o ME sem a construção do partido revolucionário no movimento.

Somente integrando um partido, o militante se comporta como membro de uma fração social mais ampla e pode, por isso, resistir às maiores pressões, pois compreende que sua luta não é uma luta individual, mas a expressão de uma classe social. A sua coragem, nesse caso, não resulta

de uma qualidade particular dele, mas é manifestação da potência social do coletivo. Somente integrado a um partido, o militante debate seu posicionamento político e decide coletivamente qual a linha a ser defendida, ou seja, pode saber por que está tomando esta ou aquela posição. Fora do partido, o posicionamento é arbitrário e influenciado pela ideologia dominante, pelo reformismo, pelo eleitoralismo e pelo atraso político predominante.

Lições da eleição cancelada

O resultado da eleição mostrou claramente o repúdio da maioria dos estudantes para a política aparelhista do PSTU/PSOL no comando do DCE. A chapa 1, dirigida por eles e que representa a continuidade da gestão anterior foi a que teve menos votos das três. A votação minoritária da chapa 1 é a resposta prática dos estudantes às correntes que não se preocuparam em desenvolver um programa e nem organizar os estudantes da UEL a partir das necessidades concretas. Artificialmente tentaram enquadrar o movimento estudantil da UEL no calendário eleitoral da CONLUTE.

A nossa crítica sempre foi programática, mostrando aos estudantes a que conduzia a política do PSTU, o equívoco da divisão aventureira da UNE defendida por eles, de construção artificial e superestrutural da Conlute na UEL, e da subordinação ao eleitoralismo de sua política, ou seja, se potencial eleitoralmente para que o PSOL de Heloisa Helena os chame para a frente de esquerda.

A chapa 1, entretanto não desenvolveu nenhuma crítica programática à chapa 3. Limitou-se a acusar a chapa 3 de ser a chapa do POR (Partido Operário Revolucionário), mesmo sabendo que nenhum membro dela era da Corrente Proletária. Ao acusar desonestamente que a chapa era do POR, o PSTU se apoiou no atraso político de parte dos estudantes. Por outro lado, eles foram obrigados a nos atacar numa situação de eleição, porque a existência do POR expõe o seu oportunismo e seu eleitoralismo. Mesmo sem entender a fundo este fenômeno e nem as causas disso, o PSTU sabe que a presença da Corrente Proletária no movimento responde à necessidade do movimento estudantil de ter uma direção que expresse a política operária. Por isso, o PSTU é obrigado a atacar o POR.

Por que o PSTU falseou sua crítica?

Porque não poderia apresentar divergência programática. Atacando genericamente, queria estimular o preconceito e conservadorismo, além de implodir a chapa, criando divisões, calculando que o preconceito poderia ser assimilado por membros da chapa, como de fato ocorreu.

Não há problema em ser atacado em uma luta política. Não faz parte da política marxista ocultar as idéias. Fomos leais e sinceros desde o início. Mas, se disséssemos que a chapa era do POR estaríamos falseando.

Devemos rechaçar este método do PSTU de não expor a verdade e defender um método que tenha precisão política e clareza. A explicitação das divergências perante os estudantes é a melhor maneira de politizar o movimento estudantil.

Para derrotar o POR, o PSTU teria de provar que o programa do POR não é o programa da classe operária e isso o PSTU não pôde fazer porque não tem programa e porque é uma corrente pequeno-burguesa. O PSTU segue uma política eleitoral e rasteja atrás dos reformistas do PSOL e do PCB.

As tarefas

A constituição da chapa 3 expressou a necessidade de se construir

uma nova direção política para o ME, direção estruturada sobre um programa que vincule as lutas concretas dos estudantes com as grandes questões nacionais e as lutas sociais. Mostrou inclusive, mesmo tendo fracassado, que existe essa possibilidade, pois apesar do preconceito e da campanha de desmoralização, obteve a maioria dos votos. Ao retomar o debate das tarefas, colocamos em primeiro lugar o balanço desta experiência.

A tarefa mais urgente é o reagrupamento da vanguarda. Nesse sentido, é necessário que se realizem plenárias para debater o programa de estruturação do ME que não pode se limitar ao processo eleitoral – ganhar as eleições de qualquer jeito – mas deve também preparar a realização do Congresso e das bandeiras para o próximo período. A Corrente Proletária

Escola de Quadros do POR

Há quase duas décadas, o POR realiza estudos marxistas coletivos, que abrangem militantes e simpatizantes. Iniciamos em outubro um novo ciclo do curso de formação de quadros. Será analisada a crise do PCB, que teve início na década de 1950 e que culminou com profundas cisões no período que abrange os anos 60.

A resistência armada contra a ditadura e a derrota militar das esquerdas marcaram a foga a luta política entre 1960 e 1970. As conseqüências para o proletariado consistem no atraso da construção do partido marxista-leninista-trotskista.

Grande parte dos balanços dedicados a explicar o curso da luta armada e as divisões nas organizações é feita por remanescentes do estalinismo e por historiadores acadêmicos. Os estudos não só são insatisfatórios como deformam a explicação da crise do estalinismo, da definição da esmagadora maioria das organizações pela luta armada foquista, não raramente confundida com a guerrilha, e das conseqüências para o desenvolvimento do programa da revolução proletária. Assim, tomamos como tarefa realizar novos estudos sobre a decomposição histórica do estalinismo e suas responsabilidades em conduzir a vanguarda militante, que em muitos casos se mostrou valorosa, aguerrida e que depositou suas vidas a uma política estranha ao proletariado, portanto, ao marxismo.

Sem dúvida, devemos esse trabalho aos que tombaram em luta e aos que foram torturados nos porões da ditadura, que sequer tiveram como morrer com armas em punho. O POR repudia a tese de que seus erros justificam suas mortes pela reação burguesa, encarnada na forma da ditadura militar. Seus erros devem ser revistos à luz da tarefa de construir o partido da revolução. É perante essa tarefa que a vanguarda que saiu do estalinismo, do movimento da esquerda clerical, do nacionalismo e dos intelectuais radicais da pequena burguesia deve responder.

A escola de formação política do POR iniciou com apresentação dos principais acontecimentos internacionais e nacionais da época e um quadro das organizações que mergulharam na luta armada. Deu um primeiro passo mostrando a formação do PCdoB e suas primeiras formulações programáticas que o levaram ao foquismo. Em seguida, nos próximos encontros, esgotaremos as cisões ocorridas no âmbito do estalinismo, cujo tronco era constituído pelo PCB.

A continuidade do estudo dará conta da formação da Organização Revolucionária Marxista – Política Operária (ORM-Polop), que chegou a ser confundida com o trotskismo, da Ação Popular (AP), proveniente da Igreja Católica e finalmente do nacionalismo. Todas essas organizações serviram de tronco para inúmeras divisões, que também serão analisadas.

Nesse número do Jornal Massas, começamos a publicação da crítica ao estalinismo e ao foquismo.

As cisões na esquerda e as experiências da luta armada entre as décadas de 1960 e 1970 mereceram inúmeros estudos. Em menor proporção,

coloca para o debate as teses apresentadas para o Congresso como base para iniciar as discussões: contra a privatização; pela democracia e autonomia universitária; por uma frente antiburocrática para trazer a UNE para o caminho da luta, em defesa da Unidade; em defesa da democracia estudantil!

É urgente também organizar a luta contra as tentativas de coibir o direito dos estudantes a moradia, que se expressa na truculência da reitoria que tenta por todos os meios retirar os estudantes da casa do centro, inclusive usando a força policial e a criminalização. Há que ampliar a mobilização e ocupar as vagas da representação estudantil nos Conselhos Superiores, pois nada impede que estes resolvam concluir o trabalho sujo iniciado pelo reitor.

publicaram-se documentos. Nesse sentido, o mérito cabe ao livro “Imagens da Revolução”, de Daniel Aarão Reis Filho e Jair Ferreira de Sá. Nessa edição, temos acesso aos principais documentos das organizações do período.

Baseado em farta pesquisa documental, Daniel Arão editou sua tese acadêmica “A Revolução Faltou ao Encontro”, cujo valor se encontra nas citações, descrições e indicação de fontes bibliográficas – as análises e interpretações se limitam, no fundo, a condenar o marxismo-leninismo, como se as esquerdas que partiram para os focos armados – em certos casos acobertados pela nomeação de “guerrilha” – tivessem a ver com as idéias e posições de Marx e Lênin.

Nesse sentido, a confusão histórica e conceitual é enorme. As esquerdas que partiram para a luta armada foquista estiveram em contraposição ao marxismo-leninismo, embora não economizassem o uso de certas formulações de Lênin. Mas deixemos que o leitor avalie o livro “A Revolução Faltou ao Encontro”, nosso objetivo não é discuti-lo, apenas mostrá-lo como uma fonte.

Tem importância o livro de Jacob Gorender, “Combate nas Trevas”. O autor foi do PCB, participou da cisão de 1967 e da fundação do PCBR em 1968. Também é um livro valioso, talvez o mais importante, pelos dados e testemunhos pessoais como militante. Gorender faz a crítica ao foquismo, mas não vai à raiz de sua origem. O mesmo ocorre com sua crítica ao estalinismo, escola pela qual passou e praticou, sem dela ter se emancipado, basta ver sua rejeição às posições de Trotsky.

A bibliografia sobre a luta armada que se despontou antes do golpe de abril de 1964 e que tomou novas dimensões com a ditadura militar é ampla. Citamos os livros de Daniel Aarão e de Jacob Gorender pela amplitude como trataram às cisões no PCB, formação de novas organizações, que por sua vez deram lugar a mais cisões e também fusões.

A importância dos acontecimentos desse período histórico para se entender a construção do partido operário revolucionário e o retrocesso organizativo do proletariado brasileiro, na atualidade, é decisiva. O estalinismo prevaleceu até a década de 1950, quando começou seu declínio. A década de 1960 expôs o esgotamento do nacionalismo burguês e a mais completa integração da burguesia brasileira ao capital imperialista, chefiado pelos Estados Unidos. Já não havia condições para o PCB oscilar entre o esquerdismo putshista e o oportunismo conciliador com a burguesia nacional, sem que houvesse ruptura em seu aparato monolítico. A crise aberta no PCB (nome adotado em 1961, em substituição a PCdoB) a partir de 1956 indicou o esgotamento da experiência com o estalinismo. Fatores internos e externos confluíram para implodir o PCB.

Internacionalmente, a burocracia estalinista, que usurpou o poder na União Soviética e degenerou o Partido Comunista Russo, e com ele a ditadura do proletariado, expôs sem atenuantes seu papel restauracionista.

Confirmaram-se as análises e previsões de Trotsky de que a política centrada do “socialismo em um só país” de Stálin, caso não fosse derrotada pelo internacionalismo da Oposição de Esquerda, fortaleceria a direita, que finalmente abriria completamente as portas para a burguesia mundial retroceder a revolução de Outubro de 1917.

Os movimentos revolucionários que se desencadearam no pós-guerra viram-se limitados pela ausência da III Internacional, que foi deformada em seu programa e finalmente extinta. O imperialismo reestruturado pelos Estados Unidos partiu para recuperar o terreno perdido para o proletariado mundial e para os povos oprimidos. Diante da “Guerra Fria”, o estalinismo e seus epígonos recuariam e, em grande parte, se desintegrariam.

No Brasil, a burguesia havia encerrado o ciclo nacionalista aberto em 1930. Em 1950, a pressão do capital internacional se tornou irresistível. A industrialização e o mercado alcançados criaram condições para maior penetração dos monopólios internacionais. As pretensões da débil burguesia brasileira haviam chegado aos limites impostos pela economia mundial, ou seja pelo capital financeiro internacional e pelos monopólios industriais e comerciais.

O proletariado cresceu numericamente e se tornou uma força social revolucionária. As greves e manifestações massivas indicaram para a burguesia nacional e internacional que sua organização poderia ser fatal para o capitalismo. O nacionalismo, por meio do Partido Trabalhista Brasileiro e da burocracia sindical, o controlava. O PCB partilhava desse controle com a política de apoio à fração capitalista nacionalista. O avanço da ação grevista, no entanto, contrariava a necessidade da burguesia interna e do imperialismo de implantar uma diretriz econômica e política consoante com as exigências do grande capital.

No meio rural, os camponeses mostravam-se capazes de levantar reivindicações e defendê-las com métodos da luta de classe. Já no início dos anos 60, ganha força a bandeira de reforma agrária, mas isolada do proletariado e controlada por posições nacionalistas pequeno-burguesas. Despontam as primeiras tentativas de se organizar a luta armada no campo, sob orientação do castrismo. As Ligas Camponesas serão o primeiro laboratório do foquismo. Mas ganha projeção o movimento pelas Reformas de Base, uma tentativa do governo de João Goulart de canalizar a luta de classe na cidade e no campo para o reformismo e discipliná-la por meio da ação do Estado. Ocorre que essa via já não era admitida pela burguesia, como o foi sob o nacionalismo varguista, apesar de muito conflitiva.

Os Estados Unidos haviam ganhado terreno na América Latina e suas multinacionais necessitavam de campo aberto para a livre penetração nas semicolônias. O último suspiro do nacionalismo se deu com o suicídio do caudilho Getúlio Vargas, em agosto de 1954. O aparato partidário estalinista já não tinha a fração burguesa nacionalista para apoiar – João Goulart caiu fazendo o jogo das oligarquias e mostrando-se impotente diante da ofensiva do imperialismo. Esfacelou-se frente ao golpe militar.

O estalinismo – já revisto sob a orientação do XX Congresso do PCUS, de 1956, foi até o último momento agarrado à idéia de que uma revolução pacífica ocorria no Brasil, a princípio sob um governo burguês nacionalista e depois, socialista. Muito se escreveu sobre a dependência do PCB ao governo de João Goulart e a sua incapacidade de prever o golpe e a ele reagir. O que se evita explicar é que a derrocada do PCB junto com o governo Goulart é a culminação da política estalinista de colaboração com a burguesia, que marca toda sua trajetória, reflexo de seu programa de revolução democrática e popular e de sua concepção etapista.

É uma aberração a explicação dos estalinistas ortodoxos de que o PCB capitulou diante de João Goulart porque fez a revisão do programa aprovado no IV Congresso, em novembro de 1954, admitindo a tese da revolução pacífica ditada pelo XX Congresso do PCUS. Assim que PCB assimilou a linha programática da Internacional dirigida por Stálin, por-

tanto logo no nascedouro, deitou raízes na colaboração de classe e passou a refletir no proletariado a política do nacionalismo burguês. Os surtos esquerdista-militaristas, cujo ponto se deu em 1935, expõem a inconsistência do estalinismo, seu centrismo e seu zigzagueio.

O programa do “socialismo em um só país” de Stálin abriu caminho para a restauração capitalista na ex-União Soviética e destruiu os fundamentos revolucionários dos PCs no mundo todo. No Brasil, o ano 1964 representou não apenas o marco final do esgotamento histórico do nacionalismo burguês como também do nacional-comunismo. As divisões e subdivisões no campo do estalinismo foi consequência desse esgotamento. Evidenciou que a unidade monolítica do PCB abrigava tendências, à esquerda e à direita, evidentemente nos quadros dos pressupostos construídos pela fração de Stálin, que expulsou e assassinou boa parcela da Oposição de Esquerda, liderada por Trotsky.

Nas cisões do PCB, ocorridas principalmente depois das denúncias de Nikita Kruschev sobre os crimes de Stálin, apresentadas no XX Congresso do PCUS, evidenciaram as frações pela direita e pela esquerda, que resultaram em rompimentos e expulsões.

A fração Agildo Barata atacou o centralismo burocrático estalinista, mas expressou posição anti-leninista em matéria de regime partidário, bem como caminhou para um nacionalismo exacerbado. Em maio de 1957, Agildo e seus companheiros estavam fora do PCB. A posição que combateu Agildo reuniu de Luiz Carlos Prestes a João Amazonas.

Em fevereiro de 1959, o XXI Congresso do PCUS decretou a política de “coexistência pacífica” com o imperialismo a ser seguida por todos os PCs. O PCB ratificou essa linha reacionária no seu V Congresso, de 1960, e rechaçou a revolução violenta. João Amazonas e outros membros da direção constituíram uma fração pela esquerda, na defesa do estalinismo ortodoxo. A cisão deu origem ao PCdo B, que reivindicou o IV Congresso e recusou o “revisão” do XXI Congresso do PCUS.

Esse processo de ruptura no Brasil, por sua vez, expressou, em alguma medida, a dissensão entre a burocracia da União Soviética e a burocracia da República Popular da China, bem como o avanço da guerra de guerrilha no Vietnã contra o intervencionismo norte-americano e a vitória da Revolução Cubana. A convulsiva conjuntura mundial e o recrudescimento da Guerra Fria estavam em contradição com a linha da direita estalinista da União Soviética, que preparava o caminho para a restauração capitalista.

Nenhuma das frações do PCB poderia compreender o fenômeno da restauração, que tinha e tem suas raízes na política de Stálin. Evidentemente, o XX do PCUS não atacava Stálin para romper a linha do “socialismo em um só país”, em favor do internacionalismo, mas para modificar as condições de forma a progredir a restauração, que culminará com a crise de fins de 1990.

Trotsky, desde as primeiras horas da luta contra o revisionismo da camarilha de Stálin, havia caracterizado o centrismo estalinista, que como tal, para preservar os interesses de burocracia, necessitava de manter-se apoiado na propriedade estatal dos meios de produção, ao mesmo tempo em que sua política conduzia ao fortalecimento das forças capitalistas internas. Essa contradição potencializava posições restauracionistas, caso não houvesse uma revolução política. A ditadura estalinista estava fadada a se transformar em retorno da ditadura de classe da burguesia.

Os estalinistas ortodoxos, que, como João Amazonas, instilaram tantas falsidades contra Trotsky, não poderiam realizar a crítica revolucionária a essa virada no PCUS, uma vez que não estavam de posse do marxismo-leninismo, de que tanto reivindicavam. A defesa da revolução violenta em contraposição à via pacífica da fração diretista de Prestes desembocou na luta armada foquista e não numa política militar do proletariado. A montagem da guerrilha no Araguaia, na verdade de foco armado, e seu trágico desfecho foram consequências da política de esquerda do estalinismo.

Nesta edição:

- Bolívia:
Nossos inimigos principais são a burguesia vendida e o imperialismo!
São os que nos exploram e saqueiam!

Artigos do Cerqui Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional



Bolívia:

Nossos inimigos principais são a burguesia vendida e o imperialismo! São os que nos exploram e saqueiam!

Mentem todos os que dizem que as leis, o parlamento e as eleições nos libertam da fome e da miséria a que nos submetem nossos opressores, porque quem governa aqui é o dono do latifúndio, da indústria, dos bancos etc., e não aquele que se senta no Parlamento ou na Presidência.

Vivemos na sociedade capitalista que se baseia no fato de que poucas pessoas são donos dos meios que necessita toda sociedade para produzir (terras, indústrias, recursos naturais etc). Estes grandes proprietários são chamados de burgueses e só buscam aumentar seu lucro, independentemente do sofrimento que causam a milhões de pessoas.

Somos informados todos os dias que estes exploradores devem ser controlados, de que o Estado, por ser imparcial, aplica a todos a justiça, ricos e pobres, da mesma forma. Mas a realidade é que a burguesia criou esta forma de governo, com as suas leis, para proteger a propriedade privada que é a fonte do seu poder. É por isso que cada governo saído das eleições é um defensor do poder econômico burguês, os mais ousados se limitam a tentar respeitar as leis sociais (as conquistas dos trabalhadores), mas no final, fracassam baixando a guarda diante do poder dos ricos. Porque eles enfrentam não só a burguesia vendida da Bolívia (empresários privados), mas

ao seu mestre: o imperialismo (as multinacionais). A prova do que dizemos é que Evo procura desesperadamente entrar em acordo com a burguesia e o imperialismo. Isto é, com os carrascos do país e dos explorados.

Existe apenas um caminho para nossa libertação: a revolução social, que exige recorrer à violência das massas para arrancar da burguesia (tanto estrangeira como nativa) suas grandes propriedades dos meios de produção e a necessidade de um Governo Operário e Camponês imposto pelas massas, que não reconheça o parlamento, o governo e as leis burguesas. Esta é a estratégia proletária.

Derrubar nossos carrascos é :

Expropriar a grande propriedade privada (empresas, minas, bancos etc.) da burguesia vendida (empresários e latifundiários) e do imperialismo (multinacional) sem indenização. Ao serem nacionalizadas serão Propriedade Social, que dará pão trabalhos a todos, sob o controle dos operários e camponeses. Será o socialismo, o cami-

nho para o comunismo.

Isso se chama Revolução Social que nos leva de volta para a linha traçada pela Assembléia Popular de 1971, de impor o Governo Operário e Camponês, para ser dirigido a partir dos organismos de poder das massas (cabildos abertos, ou seja, assembléias de representantes revogáveis). Será a ditadura do proletariado (da maioria explorada contra a minoria exploradora).

- Para as ruas por pão, terra e trabalho!
- Por um salário mínimo vital, com escala móvel! (Que cubra o custo de vida e que suba com este).
- Frente às demissões e os abusos patronais: Tomar as minas, as fábricas e outros locais de trabalho.
- Derrubar a direita, tomando suas propriedades!
- Morram os burocratas sindicais! Vamos usar as assembléias e os comitês de greve.

(Extraído do Masas boliviano nº 2149, de 23/10/09)